

Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais*

1. AS PROPOSTAS DE JOHN ROEMER: CLASSES E EXPLORAÇÃO

As recentes análises de John Roemer constituem um marco importante na teoria das classes sociais. Adira-se ou não às suas propostas, ou a algumas delas, em maior ou menor grau, o que parece inegável é que os termos do debate teórico assumem agora outra configuração e novas possibilidades de rigor. A amplitude do leque de assuntos tratados por Roemer e a sofisticação lógico-matemática dos modelos que utiliza não nos deixam aqui senão a possibilidade dum inventário selectivo, rápido e qualitativo de alguns dos tópicos mais importantes por ele abordados¹.

O eixo central da reflexão de Roemer compreende a procura duma *teoria geral da exploração* e a elucidação das relações entre *classes* e *exploração*.

Isto é feito num elevado nível de generalidade e abstracção; aquele que, segundo faz notar o autor, Marx normalmente utiliza nos seus escritos teóricos, nomeadamente em *O Capital*. Do mesmo modo, é chamada a atenção para o facto de se tratar duma análise levada a cabo, predominantemente, no plano económico. E, por último, o procedimento analítico fundamental consiste na utilização de modelos formais construídos a partir de duas ferramentas principais: a teoria do equilíbrio geral e a teoria dos jogos.

Roemer está bem ciente das críticas por vezes apresentadas ao recurso a tais modelos, como as que incidem na a-historicidade e na reificação a que podem levar. Insistindo nas potencialidades da abordagem efectuada — quer pela clarificação, em termos de rigor formal, que permite trazer a conceitos e proposições frequentemente enunciados de maneira nebulosa, quer pela potencialidade heurística dos modelos —, as principais prevenções metodológicas de Roemer são a de que as suas análises só fazem sentido dentro do alcance e limites de validade inerentes à modelização e a de que não devem ser tomadas por aquilo que não são. Em concreto, não se ocupam directamente de questões formuláveis noutros níveis de generalidade, noutras dimensões analíticas, em torno doutros problemas teóricos

* Retoma-se neste artigo, com apenas ligeiras alterações, um dos textos que serviram de base às «Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica» realizadas pelo autor no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 1986.

¹ Tomaremos como referência o artigo de John E. Roemer «New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982, e a obra principal deste autor, o livro *A General Theory of Exploitation and Class*, Cambridge (Mass.) e Londres, Harvard University Press, 1982.

ou centrados no exame de processos sociais singulares — embora possam contribuir, nalguns casos, para a respectiva elucidação.

1.1 PONTO DE PARTIDA PARA UMA TEORIA GERAL DA EXPLORAÇÃO

O fio condutor da análise de Roemer consiste na procura duma teoria geral da exploração. «Geral» quer aqui significar, entre outras coisas, que essa teoria virá a incluir a «exploração marxiana» como um caso especial. O mesmo acontecerá com outras formas de exploração, tais como as que o autor designa por exploração feudal, exploração capitalista, exploração socialista, exploração de *status*. Roemer menciona também «o modelo de exploração neoclássico». Tanto este como «o modelo de exploração marxiano» são definidos como o tipo de desigualdade que Marx, neste último caso, ou os economistas neoclássicos, no primeiro, consideram ser uma desigualdade exploradora.

A Marx punha-se um problema fundamental: explicar como, num sistema económico caracterizado pelo comércio voluntário, no mercado, poderia acontecer o persistente enriquecimento duma parcela diminuta da população perante o generalizado empobrecimento (pelo menos relativo) das demais. Tanto no escravagismo como no feudalismo, a situação era clara. O enquadramento institucional da prestação de trabalho era coercivo. Não há aí qualquer surpresa quanto à exploração de sobretrabalho e, portanto, quanto ao enriquecimento dos senhores à custa dos escravos ou dos servos. O enigma surgia quanto à expropriação sistemática dos trabalhadores pelos capitalistas numa situação em que a prestação de trabalho se tornou institucionalmente não coerciva, onde os trabalhadores assalariados gozavam voluntariamente a força de trabalho no mercado de trabalho.

Segundo Roemer, para fornecer uma resposta, Marx construiu a sua teoria do valor e da exploração, na qual se mostra que as trocas, no capitalismo, são feitas segundo o valor das mercadorias. Apesar de esta troca concorrencial se estender ao mercado de trabalho — ao contrário da situação de coacção nos modos de produção anteriores —, verifica-se uma expropriação sistemática de mais-valia. «O responsável institucional, na ideia marxista da exploração, era a propriedade privada dos meios de produção, ou, mais precisamente, a concentração de tal propriedade nas mãos duma pequena classe. Consequentemente, se os meios de produção fossem socializados e colocados nas mãos da classe operária, a exploração capitalista terminaria.»²

Preocupado com as desigualdades duradouras prevaletentes nas sociedades socialistas contemporâneas, Roemer começa por se colocar um problema com a mesma estrutura abstracta que o de Marx. Este último «necessitava duma teoria da exploração que fosse robusta mesmo na ausência duma instituição coerciva de troca de trabalho; nós precisamos duma teoria da exploração que seja robusta mesmo na ausência de propriedade privada dos meios de produção»³.

Apesar do papel desencadeador das interrogações sobre o socialismo, rapidamente as análises de Roemer se colocam numa perspectiva mais

² John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 254.

³ *Id.*, *ibid.*, p. 225.

ampla, a do desenvolvimento duma teoria geral da exploração. A pergunta básica, sucessivamente accionada em vários modelos, é a seguinte:

«Que instituições duma economia são essenciais para que alguma concepção de exploração faça sentido e quais são incidentais?»⁴

1.2 O MODELO DUMA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA SEM MERCADO DE TRABALHO: CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DA OCORRÊNCIA DE EXPLORAÇÃO

O procedimento seguido por Roemer vai ser o de realizar experiências conjecturais, fazendo variar, de modelo para modelo, as instituições existentes numa economia. Esta sequência inicia-se pela concepção de modelos de economias de subsistência. A questão em jogo é, nas palavras do autor, a de saber «que instituições económicas parecem ser necessárias para que um produtor aproprie trabalho de outro»⁵.

O primeiro modelo que responde a esta pergunta é o de uma economia pré-capitalista, de subsistência, onde existem propriedade privada e trocas. Não existe acumulação nem mercado de trabalho. Apesar disso, Roemer verifica que emerge neste modelo um fenómeno de exploração no sentido marxiano. «Isto sugere que há uma teoria da exploração consideravelmente mais geral, em termos da variação institucional permitida, do que na teoria marxiana.»⁶

Não podemos aqui descrever detalhadamente os vários modelos desenvolvidos por Roemer, tal como ele o faz ao longo das páginas de *A General Theory of Exploitation and Class*. Nem isso é necessário aos objectivos desta exposição. Demorar-nos-emos, no entanto, um pouco mais nos dois primeiros modelos, embora sempre de forma resumida, a fim de ilustrar a maneira de proceder de John Roemer.

Como se caracteriza então aquele primeiro modelo? Considerem-se N produtores⁷. Todos eles estão em igualdade de circunstâncias acerca de vários aspectos. Todos são possuidores da sua força de trabalho (uma unidade, igual para todos), todos têm as mesmas necessidades de subsistência a satisfazer, todos se defrontam com a mesma tecnologia. Trata-se duma economia onde há trocas e onde se supõe que o objectivo de cada indivíduo é produzir bens com suficiente valor de troca para poder repor os usados na produção e conseguir satisfazer as necessidades de subsistência aos preços correntes. Nestas condições, supõe-se ainda que cada indivíduo é *um minimizador* de tempo de trabalho: tendo de obter a sua subsistência através da produção para troca no mercado, tende a minimizar o trabalho que expende na produção.

O que diferencia estes produtores é que *as quantidades iniciais de bens produzidos que possuem são geralmente desiguais*. Os efeitos disto, no quadro do modelo, são os seguintes. Como a produção leva tempo, há um intervalo entre o momento do dispêndio dos custos de produção e o do recebimento dos rendimentos respectivos. Como o financiamento dos custos de produção tem de ser realizado à custa dos recursos possuídos por cada indivíduo, os montantes, desiguais, desses recursos limitam o tipo de

⁴ John Roemer, *A General Theory* [...], p. 8.

⁵ Id., «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 256.

⁶ Id., *ibid.*, p. 256.

⁷ Seguimos aqui de perto a exposição do autor, abreviando o mais possível, mas procurando não a traír. Veja-se John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, pp. 256-259. Para um desenvolvimento completo veja-se John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 28-55.

actividades a que cada produtor se pode dedicar. Os produtores mais ricos poderão, no essencial, escolher actividades mais capital-intensivas, ou seja, tendo maior gama de opções, poderão escolher a produção dos bens cujo valor atinja o das subsistências de que têm necessidade trabalhando menos tempo do que aquele que têm de trabalhar os produtores mais pobres para poderem obter no mercado as mesmas subsistências.

É importante aqui dar uma ideia, mesmo que muito simplificada, da maneira como se podem formalizar estes modelos. Assim, no caso que temos vindo a descrever, seja:

- A = a matriz de Leontief de entradas-saídas que descreve a produção;
- L = o vector $1 \times n$ das entradas directas de trabalho na produção;
- b = o vector $n \times 1$ das necessidades de subsistência para um produtor;
- w^i = o vector $n \times 1$ dos recursos produzidos pertencentes ao produtor i .

Segundo Roemer, perante um vector de preços p para os bens produzidos (um vector $1 \times n$), o objectivo do produtor i é escolher x^i , um vector de actividades em R_+^n , de modo a minimizar Lx^i , sujeito às seguintes restrições:

- 1) $p(I - A)x^i \geq pb$
- 2) $pAx^i \leq pw^i$
- 3) $Lx^i \leq 1$
- 4) $x^i \geq 0$

Qual o significado destas condições?

A primeira desigualdade estabelece que o produtor i deve usar a tecnologia dos níveis x^i de modo que o saldo líquido de valor por ele produzido aos preços p seja suficiente para adquirir o cabaz de subsistências b .

A segunda desigualdade diz que o produtor i é obrigado a escolher um vector de níveis de actividade compatíveis com a quantidade de recursos de que dispõe. É a restrição do capital.

A terceira desigualdade é a restrição do trabalho. Diz que cada produtor pode, no máximo, despendar uma unidade de força de trabalho.

A quarta desigualdade é a condição de não negatividade das soluções.

Que significa a proposição de que, sujeito a estas condições, o produtor minimiza o trabalho despendido? É a tradução, em termos da formalização do modelo, do pressuposto duma economia de subsistência.

No passo seguinte, Roemer mostra como o equilíbrio do modelo requer um vector de preços p de tal modo que os mercados em que os produtores entram (para a obtenção de factores de produção e para a obtenção de bens de subsistência) fiquem saldados quando cada produtor optimiza, permitindo ao mesmo tempo refazer os *stocks* usados na produção. É o que Roemer chama *solução reprodutível*.

A formalização da solução reprodutível apresentada pelo autor é a de um vector de preços p tal que:

- 1) Cada produtor possui uma solução óptima x^i para o seu programa (optimidade individual generalizada);
- 2) Seja $x = \Sigma x^i$. Então $Ax \leq w = \Sigma w^i$ (viabilidade da produção);
- 3) $(I - A)x \geq NB$ (reprodutividade da economia).

Roemer prossegue demonstrando que, numa economia de subsistência deste tipo, o tempo de trabalho despendido nas soluções reprodutíveis é $n\Delta b$. $\Delta = L(I-A)^{-1}$ é o vector dos valores trabalho das mercadorias produzidas. Δb é o trabalho necessário, ou seja, o trabalho incorporado nos bens de subsistência. $N\Delta b$ é o tempo de trabalho socialmente necessário no sentido marxiano. Não há produção de sobreproduto.

Está-se agora em condições de analisar os tipos possíveis de soluções reprodutíveis. Estas são soluções *igualitárias* quando cada um dos produtores trabalha exactamente Δb no equilíbrio; são soluções *inigualitárias* quando alguns conseguem trabalhar menos de Δb e, conseqüentemente, outros têm de trabalhar mais de Δb . Neste último caso, Roemer defende que *os que trabalham menos exploram os que trabalham mais*, na medida em que o sobretrabalho destes últimos é transferido para os primeiros através do mercado. Se os que trabalham mais não estivessem presentes na economia, os que trabalham menos teriam de trabalhar mais para obterem o mesmo conjunto de bens de subsistência. Quer dizer que estão a expropriar trabalho aos outros.

Não cabe aqui, obviamente, transcrever o tratamento formal desenvolvido por Roemer para a demonstração da sequência de teoremas cujo significado qualitativo acabámos de sucintamente enunciar⁸. Já será interessante, por outro lado, começar a assinalar algumas implicações mais importantes da análise acima exposta, implicações que se prolongam e se tornam mais elaboradas nos modelos seguintes, motivo pelo qual as retomaremos por várias vezes.

A primeira implicação é esta: mesmo sem acumulação nem mercado de trabalho verifica-se uma situação de exploração.

Diz Roemer: «Enquanto Marx foi capaz de produzir uma teoria da exploração apropriada a situações em que a instituição para a troca de trabalho era não coerciva, nós conseguimos produzir uma teoria da exploração, definida como expropriação de trabalho, mesmo na ausência duma instituição para a troca de trabalho.»⁹

A exploração pode ser, assim, mediada inteiramente pela troca, no mercado, de mercadorias produzidas; o que, como assinala Roemer, foi tratado na literatura marxiana, sobretudo a propósito das trocas internacionais, sob a designação de *troca desigual*¹⁰.

As instituições responsáveis pela exploração, segundo o modelo, são basicamente duas: *mercados concorrenciais* e *propriedade privada dos meios de produção*. O que se contrapõe ao acento posto pela generalidade da tradição marxista no mercado de trabalho e na exploração no ponto da produção. Roemer insiste em que não se devem interpretar erradamente modelos deste tipo como constituindo análises de efectivas realidades históricas. Eles são, sim, *exercícios conjecturais* destinados a investigar determinados parâmetros (institucionais e comportamentais) das sociedades relacionados com as classes sociais e a exploração. O que este modelo evidencia, diz o autor, é «a possibilidade lógica da existência de exploração mesmo na ausência de apropriação de mais-valia no ponto da produção»¹¹. Toda a

⁸ Veja-se John Roemer, *A General Theory [...]*, pp. 28-60.

⁹ Id., «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 259.

¹⁰ Id., *A General Theory [...]*, p. 39. O autor desenvolve uma aplicação deste modelo precisamente à troca desigual entre países. Veja-se *A General Theory [...]*, pp. 55-60.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 40.

ênfase é posta nas relações de propriedade, consideradas como estando no centro do fenómeno da exploração.

Outra implicação é a de que a dimensão política não está de modo algum ausente do modelo. É certo que não há dominação directamente exercida no processo de trabalho. Mas é indispensável a suposição da existência de dominação política (resumidamente, do Estado) para garantir o cumprimento das regras do mercado e, basicamente, para assegurar a preservação da propriedade privada.

Por último, neste primeiro modelo não há classes sociais, embora haja indivíduos mais ricos uns do que outros e exista exploração. Segundo Roemer, apesar de os produtores se dividirem em dois grupos, o dos exploradores e o dos explorados, estes grupos não se podem considerar classes no sentido marxiano, uma vez que não estão em situações distintas em relação aos meios de produção. «Uma classe é um grupo de pessoas que partilham a mesma relação social em relação aos meios de produção»¹², diz Roemer.

1.3 O MODELO DUMA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA COM MERCADO DE TRABALHO: EXPLORAÇÃO E CLASSES

Roemer, como dissemos, vai proceder a sucessivas modificações na caracterização institucional duma economia, no intuito de averiguar, através da análise dos modelos assim construídos, quais são, em termos lógico-abstractos, as bases institucionais dos fenómenos da exploração e das classes, bem como as respectivas características e relações recíprocas, a este nível de generalidade conceptual.

O segundo modelo tem especificações semelhantes às do primeiro, apenas dele diferindo pela introdução dum «mercado de trabalho» (expressão que Roemer utiliza abreviadamente, mas que se deve entender, no sentido de Marx, como «mercado de força de trabalho»). No seu programa de garantir a subsistência minimizando o tempo de trabalho despendido, os indivíduos têm agora mais um campo de opções. Isto é, podem vender ou comprar força de trabalho.

Formalmente, cada indivíduo tem de decidir em que vector de actividades vai ele próprio trabalhar directamente, em que vector de actividades vai contratar outros para trabalharem com os meios de produção dele e que porção da sua força de trabalho vai vender no mercado de trabalho.

Seja:

$x^i \in R_+^n$ = o vector das actividades em que i trabalha directamente;

$y^i \in R_+^n$ = o vector das actividades em que i contrata outros;

$z^i \in R_+$ = o escalar correspondente ao tempo que i decide vender.

O objectivo de i é minimizar o tempo de trabalho total por ele despendido, de forma a conseguir um volume de produção líquido que lhe permita obter o seu cabaz de subsistências no mercado, tendo em conta que dos seus bens deve poder retirar os capitais necessários para trabalhar ele próprio e para equipar os que contrata para trabalharem para ele.

Em termos formais, perante um vector de preços e salários (p, s) , o objectivo de i é escolher (x^i, y^i, z^i) , de modo a minimizar $Lx^i + z^i$, sujeito às condições restritivas:

- 1) $p(I-A)x^i + (p-(pA + wL)y^i) + wz^i \geq pb$ (reprodutividade individual);
- 2) $pAx^i + pAy^i \leq pw^i$ (viabilidade individual da produção);
- 3) $Lx^i + z^i \leq 1$ (duração do dia de trabalho);
- 4) $x^i, y^i, z^i \geq 0$.

Estas desigualdades têm uma interpretação análoga às do primeiro modelo. As condições formais para as soluções reprodutíveis (equilíbrio) são também análogas.

Seja $x = \Sigma x^i$, $y = \Sigma y^i$, $z = \Sigma z^i$. Então, uma solução reprodutível é um vector de preços e salários (p, s) tal que:

- 1) Cada indivíduo possui uma solução óptima (x^i, y^i, z^i) para o seu programa (optimidade individual generalizada);
- 2) $A(x+y) \leq w = \Sigma w^i$ (viabilidade da produção);
- 3) $(I-A)(x+y) \geq Nb$ (reprodutividade da economia);
- 4) $Ly = z$ (equilíbrio do mercado de trabalho).

A partir daqui, as consequências do modelo são prolongáveis em duas direcções autónomas, uma no sentido da «exploração» e outra no sentido das «classes», possibilitando no fim um terceiro passo a que Roemer chama o *princípio da correspondência entre classes e exploração* (PCCE). Este aparece, nesta altura da argumentação, como um teorema que articula aqueles dois aspectos do modelo de sociedade. Facto notável é que esses dois aspectos, exploração e classes, são deriváveis independentemente um do outro e a partir do elemento básico da *desigual propriedade dos meios de produção*. Só *a posteriori*, dedutivamente, se vão encontrar articulados no princípio da correspondência entre classes e exploração. Vejamos como.

Por um lado, a exemplo do modelo anterior, também aqui a sociedade fica dividida em *exploradores* e *explorados*. Os primeiros trabalham menos de Δb e os segundos mais de Δb (tempo de trabalho necessário). Pode ainda haver um terceiro grupo daqueles que trabalham exactamente Δb e que, portanto, não são nem exploradores nem explorados. Tudo isto numa solução inigualitária. Numa eventual solução igualitária, todos pertenceriam àquele terceiro grupo. Isso pressuporia uma igual distribuição dos meios de produção.

Por outro lado, Roemer vai ocupar-se em demonstrar toda uma sequência de teoremas envolvendo a emergência, a partir dos parâmetros deste modelo, de *classes sociais*. Neste modelo de economia de subsistência com mercado de trabalho, os indivíduos relacionam-se de maneiras diferentes com os meios de produção: trabalhando-os por si próprios, contratando força de trabalho, vendendo força de trabalho, ou ainda através de alguma combinação destas três modalidades. De acordo com Roemer, «na verdade, a maneira como ele se relaciona com a compra e a venda da força de trabalho define a posição de classe do agente»¹³.

¹³ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 261.

Formalmente, a solução ótima dum indivíduo pode ser representada por um vector de forma $\langle x^i, y^i, z^i \rangle$. Cada solução ótima é representada por uma sequência de 0 e +. Por exemplo, se um produtor tem uma solução ótima de tipo $\langle 0, +, 0 \rangle$, isso quer dizer que otimiza contratando força de trabalho apenas. Cada sequência de «zeros» e «mais» define uma *localização de classe*.

Um teorema particularmente importante nesta sequência é o que podemos designar por *teorema da decomposição em classes*, que diz que, perante as oito combinações concebíveis de «zeros» e «mais», pode provar-se que, no equilíbrio, cada indivíduo, colocado nas condições restritivas do modelo, otimiza apenas numa das seguintes *cinco classes*:

$\langle x^i, y^i, z^i \rangle$

1. $\langle 0, +, 0 \rangle$ (grandes capitalistas/senhores de terra);
2. $\langle +, +, 0 \rangle$ (pequenos patrões/camponeses ricos);
3. $\langle +, 0, 0 \rangle$ (pequenos burgueses/camponeses médios);
4. $\langle +, 0, + \rangle$ (semiproletários/camponeses pobres);
5. $\langle 0, 0, + \rangle$ (proletários/proletários agrícolas).

O segundo teorema importante é o que se pode chamar, nas palavras de Adam Przeworski¹⁴, o *teorema da correspondência entre riqueza e classe*. Diz, em essência, que a ordem por que os indivíduos se dispõem, numa estratificação da riqueza possuída, coincide substancialmente com a respectiva distribuição pelas classes, segundo a sequência acima indicada. Ou seja, o teorema mostra que a relação do indivíduo com os meios de produção corresponde à respectiva riqueza¹⁵.

Estamos então em condições de analisar a proposição central da teoria de Roemer, o *princípio da correspondência entre classes e exploração*. Trata-se, nesta sequência analítica, dum teorema que relaciona as duas decomposições da sociedade acima estabelecidas: a decomposição em explorados e exploradores e a decomposição em classes. Usando as próprias palavras de Roemer: «O PCCE estabelece que todo o agente que esteja numa classe contratadora de trabalho (classes 1 ou 2) é um explorador e todo o agente que esteja numa classe vendedora de trabalho (classes 4 ou 5) é explorado¹⁶».

A classe pequeno-burguesa (classe 3) é neutra em termos de exploração se a composição orgânica do capital entre os diferentes sectores for suposta constante; se as composições orgânicas do capital forem diferentes, a situação torna-se ambígua no sentido de poderem existir nessa classe indivíduos exploradores e/ou indivíduos explorados.

O PCCE não é um enunciado trivial porque, segundo Roemer, em toda a tradição marxiana, esta correspondência foi sempre implicitamente suposta, mas nunca demonstrada. Ao contrário, o que o autor aqui faz é derivar explícita e formalmente esta correspondência, a partir de duas decomposições da sociedade, a decomposição em situações perante a exploração e a decomposição em classes, estabelecidas independente e

¹⁴ Adam Przeworski, «The Ethical Materialism of John Roemer», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982, p. 291.

¹⁵ A demonstração de toda esta sequência de teoremas encontra-se em John Roemer, *A General Theory [...]*, pp. 61-77.

¹⁶ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 262.

endogenamente, cada uma delas, a partir duma distribuição diferencial das dotações em recursos dos indivíduos. Além disso, assume ainda o estatuto de proposição formalmente demonstrada aquilo que Roemer diz ser outra pressuposição implícita na tradição marxiana, a saber, a correspondência entre aqueles dois tipos de decomposição da sociedade e a hierarquia da riqueza¹⁷.

Assim, se no modelo inicial duma economia de subsistência, com mercado de produtos e propriedade desigual dos meios de produção, se manifestava já uma clivagem entre exploradores e explorados (entendendo-se exploração no sentido marxiano de apropriação de trabalho dos segundos pelos primeiros), neste outro modelo, com a introdução dum mercado de trabalho, emerge uma estrutura de classes. Verificam-se, além disso, as assinaladas correspondências entre classes, exploração e hierarquia de riqueza. A pertença de classe, ou seja, a particular relação que se tem com os meios de produção, é, de certo modo, um «observável», o qual permite, pelo PCCE, inferir o estatuto de cada um em relação à exploração («não observável») e, pelo teorema da correspondência entre riqueza e classe, fazer uma ideia da riqueza relativa dos agentes.

Mas nem mesmo para a emergência de classes o mercado de trabalho é estritamente necessário, no nível de abstracção em que são construídos estes modelos. Embora não seja central ao argumento, Roemer constrói uma demonstração de como, se, em vez de introduzirmos um mercado de trabalho no modelo inicial, aí colocarmos um mercado de crédito, este se revela funcionalmente equivalente ao mercado de trabalho na produção duma decomposição da sociedade em classes. Além disso, a estrutura de classes é análoga à anterior.

Seja, neste modelo:

x^i = o vector das actividades em que i trabalha usando o seu próprio capital;

y^i = o escalar correspondente ao volume de capital que i decide emprestar a outros;

z^i = o vector de actividades em que i trabalha com capital emprestado.

Sem nos alongarmos mais sobre a formalização do modelo, vejamos como é a estrutura de classes resultante:

$\langle x^i, y^i, z^i \rangle$

1. $\langle 0, +, 0 \rangle$ (grande credor);
2. $\langle +, +, 0 \rangle$ (credor misto);
3. $\langle +, 0, 0 \rangle$ (nem credor nem devedor);
4. $\langle +, 0, + \rangle$ (devedor misto);
5. $\langle 0, 0, + \rangle$ (devedor puro).

É uma estrutura isomórfica da do modelo anterior.

Roemer lembra a este propósito a asserção de que tanto faz ser o capital a «alugar» trabalho como o trabalho a «alugar» o capital; o que é certo é que os pobres são os explorados e os ricos os exploradores. O que não

¹⁷ Para uma apresentação formal completa do princípio da correspondência entre classes e exploração e da série de teoremas a ele associados ver John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 78-86.

quer dizer que não haja muitas diferenças entre o mercado de crédito e o mercado de trabalho¹⁸. Mas o que o autor pretende aqui reforçar é a ideia de que, ao nível de abstracção dos modelos, não há nada na instituição do mercado de trabalho que a torne intrinsecamente necessária para produzir os fenómenos da exploração e das classes.

Outros pontos interessa reter, de toda esta fase de apresentação das propostas teóricas de John Roemer. Um deles tem a ver com o processo de trabalho. Para Roemer é preciso fazer «uma reavaliação da crença clássica de que o processo de trabalho está no centro da análise marxiana da exploração e das classes¹⁹. Mais precisamente, para Roemer, como o desenvolvimento dos modelos anteriores mostra, embora possa haver razões específicas de peso para atentar no mercado de trabalho e na supervisão fabril enquanto aspectos importantes das classes e da exploração existentes nas sociedades capitalistas, aquelas razões não se colocam ao nível de abstracção da teoria marxiana clássica do valor. O autor insiste na distinção entre *alienação* (relações de dominação e de autoridade associadas ao processo de trabalho) e *exploração*. Não se verifica uma relação directa de correspondência estrita entre regimes de relações de propriedade e formas organizacionais do trabalho²⁰. Pode ainda discutir-se qual dos dois critérios, alienação ou exploração, no sentido que aqui se lhes dá, é mais decisivo na explicação dos processos sociais. Roemer concede de bom grado que atribuir o papel mais relevante às relações de propriedade (exploração) é discutível. Mas parece-lhe, pelo menos, indispensável aferir as implicações duma ou doutra hipótese.

Outro aspecto, relacionado com o anterior, é o da presença da *coacção* como necessária para produzir exploração e classes. Para Roemer é clara a importância dos fenómenos de dominação/subordinação e de luta no local de trabalho. Mas, ao nível de abstracção dos modelos, e portanto para a emergência das clivagens entre exploradores e explorados e entre classes sociais, é suficiente que a coerção se exerça no ponto da manutenção das relações de propriedade. «A característica fundamental da exploração capitalista não é o que acontece no processo de trabalho, mas a propriedade diferencial dos bens produtivos.»²¹

Por último, interessa realçar que, segundo os modelos, a situação dos indivíduos perante a exploração e a sua inserção numa ou noutra classe não são postulados previamente. Pelo contrário, são resultados que emergem endogenamente dos modelos, como consequência de os indivíduos, perante o mercado e uma distribuição diferencial de riqueza, procurarem otimizar os resultados da respectiva acção. Isto é, postulando certo tipo de características estruturais enquadradoras (mercado concorrencial, propriedade desigual) e, perante elas, indivíduos com um comportamento racional otimizador (minimizador de tempo de trabalho, nos casos até agora estudados), cada um deles, nesse enquadramento, «escolhe a sua própria posição de classe»²².

¹⁸ Sobre a equivalência funcional entre os mercados de trabalho e de crédito ver John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 87-103.

¹⁹ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 266.

²⁰ Id., *A General Theory* [...], p. 105.

²¹ Id. *ibid.*, pp. 94-95.

²² Id., «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 263.

1.4 MODELOS DE ECONOMIA COM ACUMULAÇÃO: IMPLICAÇÕES DO PRINCÍPIO DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE CLASSES E EXPLORAÇÃO

Explicada a mecânica dos modelos que John Roemer propõe, vamos ser ainda mais sintéticos daqui para a frente. Este procedimento pode parecer um tanto paradoxal, dado que os modelos vão sendo mais complexos e o respectivo tratamento formal mais extenso e subtil. Mas o que nos interessa aqui são os principais elementos qualitativos envolvidos no raciocínio teórico.

No primeiro destes novos modelos, que caracterizam esquematicamente uma economia capitalista, todos os indivíduos procuram *maximizar* os respectivos rendimentos. A tecnologia disponível, igualmente acessível a todos, é suposta ser do tipo mais simples (factores de produção usados em proporções fixas, rendimentos de escala constantes). A diferença entre os produtores é, novamente, a de dispor de quantidades diferentes de recursos.

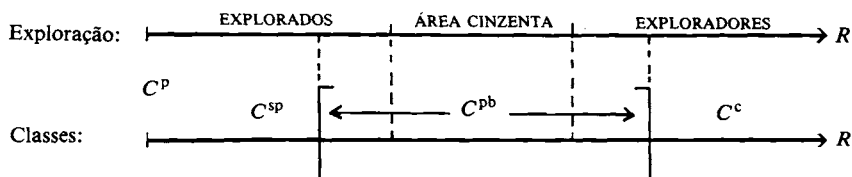
Com este objectivo, e sujeito a estas condições, cada indivíduo vai relacionar-se com a actividade económica duma das seguintes maneiras (ou numa certa combinação delas): trabalhar por si próprio, contratar o trabalho de outros, vender a sua própria força de trabalho.

O conceito de exploração é aqui mais complexo. Na definição marxiana clássica considera-se um trabalhador explorado quando os meios de subsistência que adquire com o respectivo salário incorporam menos tempo de trabalho do que o que ele despende na produção. Roemer generaliza de duas maneiras esta noção de exploração de modo a torná-la independente duma qualquer definição de subsistência e das preferências subjectivas dos agentes. Segundo esta generalização, um produtor é explorado quando, considerando todos os cabazes de mercadorias que ele poderia concebivelmente comprar com os respectivos rendimentos, nenhum deles incorpora tanto tempo de trabalho quanto o por ele despendido. O explorador é aquele cujos rendimentos lhe permitem adquirir mercadorias contendo mais tempo de trabalho do que o por ele despendido.

Nestas condições, Roemer elabora a demonstração, na sequência duma série de teoremas, de que o princípio da correspondência entre classes e exploração continua a ser válido. A decomposição da sociedade em classes, por ordem de riqueza decrescente, é agora:

$$\begin{aligned} C^c &= (+, +, 0) \setminus (+, 0, 0) \text{ (capitalistas);} \\ C^{pb} &= (+, 0, 0) \text{ (pequenos burgueses);} \\ C^{sp} &= (+, 0, +) \setminus (+, 0, 0) \text{ (semiproletários);} \\ C^p &= (0, 0, +) \text{ (proletários).} \end{aligned}$$

A relação destas classes com a situação de exploração, apesar de alguma quebra de nitidez na faixa central, é ainda assim bastante precisa. A relação entre classes e exploração pode representar-se graficamente, segundo Roemer, do seguinte modo:



Inequivocamente, todos os contratadores de trabalho são exploradores e todos os que se assalariam são explorados. É verdade que há agora uma «área cinzenta», de dimensões maiores ou menores, de indivíduos que não são nem exploradores nem explorados. Mas toda ela cai dentro da pequena burguesia. A margem de ambiguidade, que não compromete o PCCE, é a da existência de agentes exploradores e/ou agentes explorados na zona da pequena burguesia.

Roemer ensaia ainda pequenas variantes deste modelo, com definições da exploração dependentes das preferências dos indivíduos, admitindo mesmo modelos em que a função objectivo a maximizar inclui não só rendimentos, mas também lazer (isto é, tempo), caso em que se volta a obter a decomposição em cinco classes.

Por outro lado, Roemer introduz uma precisão: nos modelos com acumulação, o critério adequado não é tanto o de um indivíduo ser explorador ou explorado, mas sim o de pertencer a uma «coligação exploradora canónica» ou a uma «coligação explorada canónica».

Mas o mais importante são as implicações das tentativas de generalização do modelo com acumulação. Em primeiro lugar, Roemer procura ver o que acontece quando se ultrapassa a consideração dum caso muito particular, o duma tecnologia de Leontief. Constrói então modelos para tecnologias de produção com características bastante mais genéricas (e mais verosímeis). O que acontece é que, mantendo a definição marxiana clássica do valor, o PCCE deixa de se verificar.

Coloca-se aqui um dos pontos de inflexão mais importantes da argumentação. Ou se abandona a teoria marxiana da exploração e das classes, ou se abandona a teoria do valor. Roemer verifica que, se redefinir as relações entre valores e preços (o problema da transformação), considerando a definição do valor-trabalho dependente dos preços no equilíbrio, o PCCE volta a verificar-se. É esse o caminho que o autor segue, argumentando com algumas vantagens, quer a de maior adesão do conceito a uma interpretação histórica das condições específicas da produção capitalista, quer a de permitir manter o PCCE. Este princípio, embora sucessivamente deduzido, como teorema, a partir de modelos sucessivamente modificados, de facto desempenha, epistemologicamente, o papel dum princípio que, na teoria de Roemer, orienta sistematicamente a elucidação e a redefinição de vários conceitos e proposições com ele articulados.

Uma segunda série de generalizações do modelo com acumulação consiste em ultrapassar a restrição imposta pela suposição de que todos os indivíduos estão dotados da mesma quantidade de força de trabalho homogéneo. Num primeiro modelo, Roemer supõe que os indivíduos não só possuem diferentes quantidades de bens alienáveis, mas também estão dotados de diferentes quantidades de força de trabalho homogéneo. Ainda aqui o PCCE se mantém, mas as correlações da situação de exploração e da localização de classe com a hierarquia de riqueza já não são necessariamente válidas. A correlação é aqui com R^i/l^i , ou seja, com a razão entre riqueza e trabalho do agente i , o que quer dizer que há semi-proletários que, continuando a ser explorados, podem ser comparativamente ricos, e capitalistas que, embora exploradores, podem ser relativamente pobres. Genericamente, um explorador obtém um rendimento R^i sobredimensionado em relação ao trabalho realizado l^i , e o rendimento que um explorado consegue é subdimensionado em relação ao trabalho que despende.

A situação é ainda mais indeterminada se suposermos que o trabalho é qualitativamente heterogéneo (qualificações diferenciais). Formalmente, supõe-se que há r tipos de trabalho. Num caso especial, em que se admite que, para cada tipo de trabalho r existe uma actividade maximizadora que só emprega trabalho r , Roemer consegue ainda encontrar uma decomposição da sociedade em classes:

$$C^{1,r} = (+^r, +^r, 0) \setminus (+^r, 0, 0);$$

$$C^{2,r} = (+^r, 0, 0);$$

$$C^{3,r} = (+^r, 0, +^r) \setminus (+^r, 0, 0);$$

$$C^{4,r} = (0, 0, +^r).$$

Mas já não há qualquer possibilidade de correlacionar estas classes com qualquer posição de exploração nem com posições na hierarquia de riqueza. Se se passasse ao caso mais geral em que cada indivíduo pode utilizar mais de um tipo de trabalho, por ele próprio ou numa relação salarial (por exemplo, usando autonomamente um certo tipo de trabalho e vendendo outro), haveria muito mais classes e a situação tornar-se-ia muito complexa, ou mesmo completamente ambígua.

Com a suposição do trabalho heterogéneo, as correspondências entre classes, exploração e riqueza deixam de se poder estabelecer e nem se sabe mesmo que conteúdo se pode dar às noções de classe e exploração.

Segundo Roemer, chega-se assim ao fim dum procedimento teórico que consistiu em aceitar a definição marxiana do conceito de exploração como transferência de mais-valia, levando-a até aos limites da respectiva aplicabilidade.

Que razões levaram a teoria marxiana a escolher a mercadoria força de trabalho para a definição do valor e da exploração? Segundo Roemer, Marx estava completamente equivocado na suposição de que a força de trabalho fosse uma mercadoria única na sua propriedade mágica de produzir mais valor do que aquele que incorpora. E desenvolve uma sequência de demonstrações, procurando concluir que, «de facto, numa economia capaz de produzir um excedente, qualquer mercadoria tem essa propriedade mágica»²³.

Segundo o autor, outra razão para a escolha da força de trabalho pode ser encontrada na obra de Marx. Trata-se da necessidade de tomar como medida do valor uma mercadoria que estivesse uniformemente distribuída por toda a população. Do ponto de vista da articulação lógica da teoria, os modelos anteriores assentam na ideia de que as outras mercadorias são possuídas em quantidades desiguais. Só a mercadoria força de trabalho pode ser considerada uniformemente distribuída por toda a população (hipótese de iguais dotações de trabalho homogéneo). Na perspectiva duma sociologia empírica, é esta a caracterização que Marx faz, em termos genéricos e tendenciais, do capitalismo: proletarianização praticamente geral, trabalho homogéneo, força de trabalho uniformemente distribuída por toda a população²⁴.

²³ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 273. A demonstração formal é feita, tomando como exemplo a mercadoria aço, em John Roemer, *A General Theory [...]*, pp. 186-188.

²⁴ A formalização dos modelos em economias com acumulação, de tipo capitalista, e a demonstração das proposições correlativas encontram-se em John Roemer, *A General Theory [...]*, pp. 113-188.

Perante os limites da tentativa de extensão da validade de uma teoria da exploração concebida, em termos marxistas clássicos, como apropriação de mais-valia (processo ao longo do qual, no entanto, se obteve um conjunto de resultados interessantes), Roemer propõe uma outra teoria da exploração. Segundo o autor, é uma teoria mais consistente e de âmbito mais geral. Não se faz nela uso especial dos conceitos de mais-valia ou de transferência de trabalho. O conceito central é agora o de *relações de propriedade*. A formalização dos modelos baseia-se na teoria dos jogos (de soma não nula).

Para Roemer é muito importante salientar que esta teoria geral da exploração permite clarificar o imperativo ético subsumido no conceito de exploração. De facto, porque se atribui, mesmo no discurso teórico mais depurado, uma conotação pejorativa ao termo «exploração»? Se é verdade que situações de assimetria e de desigualdade são inerentes a todas as sociedades, nem todas são vistas como situações de exploração nem mesmo, genericamente, de injustiça.

Que tipo de relações sociais são consideradas relações de exploração? Não só nas diferentes sociedades (ou em fracções delas) foram existindo diferentes ideias a este respeito, como diferentes são os entendimentos das diversas teorias. O que a teoria marxista chama exploração (incapacidade de conseguir comprar mercadorias com tanto valor-trabalho incorporado como o despendido pelo próprio), a teoria económica neoclássica, ou a sociologia de raiz weberiana, consideram troca voluntária de serviços no mercado, com ganhos recíprocos e ausência de cunho explorador. Uma das vantagens da teoria geral da exploração proposta por Roemer é, alegadamente, a de integrar, como casos particulares, a «exploração marxiana» e a «exploração neoclássica» (aquilo a que cada uma das teorias chama exploração).

A concepção central de Roemer é esta:

«Para captar o que se pretende significar quando se diz que uma determinada pessoa ou grupo é explorado, proponho que um grupo seja concebido como explorado se tiver alguma *alternativa condicionalmente viável* sob a qual os seus elementos ficassem em melhores circunstâncias.»²⁵

Mais formalmente, segundo Roemer²⁶:

«Uma coligação S , numa sociedade mais ampla N , é explorada se e só se:

- 1) Houver uma alternativa, que podemos conceber como hipoteticamente viável, na qual S ficaria melhor do que na sua situação presente;
- 2) Nessa alternativa, o complemento de S , a coligação $N-S=S'$ ficaria em piores circunstâncias do que no presente;
- 3) S' está em relação de dominação sobre S .»²⁷

²⁵ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 276.

²⁶ Id., *A General Theory* [...], pp. 194-195.

²⁷ Nesta formalização, a condição 3) é introduzida um tanto *ad hoc*, com o fim de evitar contra-exemplos estranhos ao argumento, tais como os que envolvem crianças ou inválidos. Mas a importância dessa condição pode revelar-se muito maior. Veja-se, a esse respeito, Erik Olin Wright, «The Status of the Political in the Concept of Class Structure», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982.

A formalização do procedimento de Roemer é feita especificando, numa certa economia, o jogo em que entram coligações de indivíduos. Os indivíduos e as coligações podem participar ou retirar-se da economia. Retomemos por mais algumas linhas as palavras de Roemer: «Podemos especificar os ganhos ou recompensas que cada coligação receberia 'retirando-se' sob condições hipotéticas. Sob essas condições, chame-se aos ganhos da coligação S no jogo v a quantidade $v(S)$. Ora, na economia, tal como ela existe, há uma certa distribuição de rendimentos (ou de utilidade ou outra qualquer). Dizemos que uma coligação S é explorada se os seus ganhos $v(S)$ forem maiores do que o que correntemente recebe na distribuição de rendimentos efectiva: O núcleo dum jogo é aquele conjunto de distribuições de rendimentos para o qual nenhuma coligação é explorada; isto é, uma distribuição de rendimentos pertence ao núcleo do jogo v se qualquer coligação S , ao tomar os seus ganhos $v(S)$, não puder ficar melhor do que está correntemente. Na teoria dos jogos dizemos que S pode 'bloquear' uma distribuição de rendimentos se ficar melhor com os ganhos $v(S)$ do que com os seus rendimentos correntes. Uma coligação bloqueadora é uma coligação explorada.»²⁸

A ideia central de Roemer é a de *caracterizar a exploração como a possibilidade duma melhor alternativa*. E isto nos vários tipos de sociedade a propósito dos quais o termo «exploração» possa ser usado. Diferentes especificações das alternativas referidas (e, portanto, diferentes especificações das regras do jogo económico e das regras da hipotética saída dele) conduzem a diferentes conteúdos do conceito de exploração. Obtém-se assim uma teoria geral da exploração e um instrumento analítico que pode ser usado como critério para esclarecer, em cada caso, de que tipo de desigualdade é que se está a falar quando se usa o termo «exploração»²⁹.

Considere-se então uma economia feudal, com os bens distribuídos desigualmente pelos indivíduos que, sob relações feudais, produzem e consomem. Diz-se que há *exploração feudal* duma coligação quando ela ficar melhor ao retirar-se com as respectivas dotações de bens. O que dá como resultado que os senhores são exploradores, os servos camponeses são explorados e os artesãos não são explorados feudalmente. Se os camponeses pudessem retirar-se com as suas terras, cultivando-as para si próprios, ficariam melhor e os senhores pior.

Considere-se agora uma economia capitalista, com trabalho homogeneamente distribuído por todos os indivíduos. Diz-se que há *exploração capitalista* duma coligação quando ela ficasse melhor no caso de se poder retirar levando consigo a sua fracção *per capita* dos meios de produção socialmente existentes (ou, mais genericamente, a sua fracção *per capita* de bens alienáveis socialmente existentes). A hipotética distribuição alternativa seria então uma distribuição igualitária do acesso aos meios de produção.

²⁸ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, pp. 276-277.

²⁹ Para a demonstração formal e discussão pormenorizada destas propostas teóricas veja-se John Roemer, *A General Theory [...]*, pp. 194-289. Sobre a teoria dos jogos e algumas das suas aplicações às ciências sociais pode consultar-se, de entre uma vasta bibliografia, Morton D. Davis, *Teoria dos Jogos*, São Paulo, Cultrix, 1973 (ed. orig., 1970), Anatol Rapoport, *Lutas, Jogos e Debates*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980 (ed. orig., 1974), Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980 (ed. orig., 1970), Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977, Raymond Boudon, *Effets pervers et ordre social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (ed. orig., 1977).

Roemer mostra que esta caracterização da exploração capitalista é equivalente à da exploração *marxiana* em termos de apropriação de mais-valia. Mas acrescenta que a definição baseada nas relações de propriedade é superior em vários aspectos à definição em termos de valor. Uma das razões é a clarificação da alternativa à exploração capitalista. Outra razão é a explicitação do imperativo ético subjacente à caracterização duma sociedade capitalista como exploradora. Uma argumentação habitual da teoria económica neoclássica é a de que não há exploração no capitalismo porque, no equilíbrio, todos os agentes económicos ganham no mercado tanto quanto possível. Ora a lógica destes modelos mostra imediatamente que o problema está mal colocado. Como esclarece Roemer, ganhos obtidos no mercado e exploração *marxiana* não são incompatíveis. O que a teoria neoclássica está a dizer, na linguagem destes modelos, é que nenhuma coligação pode obter vantagens adicionais no mercado retirando-se com os seus bens privados, ou seja, que «não há exploração feudal no capitalismo»³⁰. O imperativo ético liberal, na consideração da *exploração feudal* (que Roemer designa também por *exploração neoclássica*), é o do respeito da propriedade privada dos meios de produção e o da eliminação das barreiras, nomeadamente da servidão ou da escravatura, ao comércio livre. A responsabilidade da exploração é atribuída às barreiras à livre concorrência no mercado. O imperativo ético marxista, na consideração da *exploração capitalista* (ou *exploração marxiana*) é o da eliminação doutras barreiras, «as barreiras que os produtores enfrentam como consequência do seu acesso diferencial aos meios de produção alienáveis»³¹. A responsabilidade da exploração é atribuída à desigual propriedade privada dos meios de produção.

O autor mostra a seguir como é possível generalizar a anterior caracterização da exploração capitalista ao caso mais geral do trabalho heterogéneo, o que não acontece com a definição *marxiana* clássica da exploração em termos de transferência de mais-valia. A definição adequada da exploração capitalista continua aqui a envolver uma alternativa hipotética, a duma igual distribuição *per capita* do acesso ao capital.

John Roemer prolonga ainda a aplicação da teoria a outras formas de exploração. As diferentes qualificações do trabalho não são postas em comum na alternativa de teste para a exploração capitalista. Pode então chamar-se *exploração socialista* às desigualdades que continuariam a ocorrer devidas às diferentes qualificações (inalienáveis) possuídas pelos indivíduos. Mais formalmente, uma coligação está sujeita a exploração socialista se ficar melhor no caso de poder retirar-se com a sua parte *per capita* de recursos inalienáveis (qualificações), supondo-se que os recursos alienáveis estavam já igualitariamente acessíveis.

É claro que, num plano mais concreto, a eliminação das vantagens dos trabalhadores qualificados em relação aos não qualificados põe complicados problemas, muitas vezes abordados a propósito, por exemplo, da questão dos incentivos. No plano teórico, Roemer adianta que a passagem duma sociedade socialista a uma sociedade comunista tratada no marxismo clássico pode ser vista como a abolição da exploração socialista definida nos moldes acima expostos.

³⁰ John Roemer, «New Directions [...]», in *op. cit.*, p. 281.

³¹ *Id.*, *ibid.*, p. 282.

Uma outra forma de exploração analisada por Roemer é por ele designada *exploração pelo «status»*. É um tipo de desigualdade que lhe parece largamente vigente nas sociedades socialistas contemporâneas (e também nas capitalistas), podendo definir-se como a desigualdade decorrente da ocupação de determinados cargos e posições, na medida em que não sejam directamente atribuíveis à qualificação profissional (embora, no concreto, esta distinção possa ser muitas vezes difícil de estabelecer).

A teoria geral da exploração permite ainda elaborar o conceito de *exploração socialmente necessária*. Em síntese, se, num dado momento histórico, a coligação que se retira não ficar melhor, a forma de exploração vigente pode ser considerada socialmente necessária (o que é diferente de não existir). Roemer complexifica este conceito, levando em conta não só as alterações na estrutura da distribuição dos rendimentos e do lazer, mas também as alterações na estrutura dos incentivos. Então, uma forma de exploração torna-se *socialmente desnecessária (no sentido dinâmico)* quando impede o desenvolvimento das forças produtivas. Para o autor, o imperativo materialista histórico «pretende que a história progride pela sucessiva eliminação de formas de exploração socialmente desnecessária no sentido dinâmico»³².

Se, em dado modo de produção, uma forma de exploração predomina, não está excluído que outras com ela coexistam. Por exemplo, a exploração socialista e a exploração de *status* existem no capitalismo. O que «o materialismo histórico então pretende é que a história progride pela sucessiva eliminação dos direitos de certos indivíduos aos frutos decorrentes de várias formas de propriedade, numa certa ordem»³³. E Roemer não hesita em adiantar que estas proposições constituem «uma tradução do aspecto determinista tecnológico da teoria do materialismo histórico na linguagem da teoria da exploração»³⁴.

Roemer aborda ainda outros assuntos. Procura generalizar os modelos a economias com rendimentos de escala crescentes. Discute um outro tipo de exploração, a «exploração pelas necessidades»: enquanto a superação da exploração socialista se traduziria por uma distribuição igualitária dos rendimentos independentemente das qualificações, a superação da exploração decorrente da existência de diferentes necessidades exigiria mecanismos de compensação dessas necessidades diferenciais. E, por fim, apela para o desenvolvimento duma «sociologia da injustiça». Esta, no seu entender, deveria constituir o elo de ligação entre duas facetas do materialismo histórico, a faceta do *determinismo tecnológico* e a faceta da *luta de classes*.

2. O DEBATE SOBRE VELHAS QUESTÕES

As propostas teóricas de John Roemer — tanto as que têm por eixo o princípio da correspondência entre classes e exploração, como as incluídas na teoria geral da exploração elaborada a partir de testes conjecturais a hipóteses contrafactuais — têm um vastíssimo conjunto de implicações e despoletam uma reavaliação de importantes questões da teoria das classes.

³² John Roemer, *A General Theory [...]*, p. 271.

³³ Id., *ibid.*, p. 283.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 271.

Procuramos de seguida dar conta do debate contemporâneo que toma directamente por base os contributos de Roemer, aproveitando também para recapitular referências e temas teóricos significativos para este campo problemático.

Uma preocupação será a de encontrar vias de pôr em comunicação modelos abstractos intelectualmente investigados com objectos de pesquisa numa sociologia empírica informada pela teoria das classes.

Escusado será dizer que tudo isto só pode ser feito aqui de forma muito parcelar e quase que resumida a uma enumeração.

2.1 QUAL O ESTATUTO DAS DIMENSÕES NÃO ECONÓMICAS NO CONCEITO DE CLASSE?

Em vários textos recentes, Erik Olin Wright tece comentários elogiosos às propostas de John Roemer. Não deixa, no entanto, de manifestar discordâncias. Numa primeira fase do debate, em artigo que trata directamente das ideias desse autor, Wright critica a Roemer não incluir a dimensão política na caracterização das relações de classe³⁵.

Roemer, é certo, introduz na teoria geral da exploração (formalizada em termos da teoria dos jogos) a condição de a coligação exploradora *S'* estar em relação de dominação sobre a coligação explorada *S*. Mas esta é apenas uma concessão relutante, destinada a evitar prejudicar o modelo com casos marginais. Por outro lado, em toda a teorização de Roemer, a coacção aparece como indispensável, mas, por assim dizer, externa em relação à exploração e às classes, ao nível de abstracção em que os modelos são construídos. Ela é necessária para manter as relações de propriedade. Mas, segundo Roemer, a dominação no ponto de produção (no processo de trabalho), que é aquela a que Wright predominantemente se refere, não é nem necessária nem suficiente para produzir exploração e classes. O que não quer dizer que não entre em níveis analíticos menos gerais e não faça parte da maioria das situações empiricamente verificáveis.

Erik O. Wright afirma nesta altura que, pelo contrário, as dimensões económica e política são intrínsecas ao conceito de classe, mesmo nos níveis de abstracção mais elevados. Uma vantagem decisiva da concepção marxista de classe seria precisamente a de incluir numa só categoria as relações económicas e políticas, diferentemente doutras concepções que consideram como fundamental apenas um desses tipos de relações. Por exemplo, em Weber, a posição de classe é uma categoria exclusivamente económica (posição de mercado) e, em Dahrendorf, as relações de classe reduzem-se, no essencial, a relações de autoridade.

Nesta discussão, Erik Olin Wright dá um tratamento teórico preciso aos conceitos de relações e práticas sociais de carácter económico, político e ideológico e adianta que, tomando como exemplo a fábrica, «a divisão técnica do trabalho é primariamente uma relação económica, na medida em que configura sistematicamente as actividades que transformam a natureza; a estrutura de autoridade é primariamente uma relação política, na medida em que limita sistematicamente a capacidade de os trabalhadores transformarem as relações dentro das quais trabalham; e a estrutura profissional (antiguidade, competição em mercados de trabalho internos) é

652 ³⁵ Erik Olin Wright, «The Status of the Political and the Concept of Class Structure», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982.

primariamente uma relação ideológica, na medida em que configura sistematicamente a subjectividade dos trabalhadores no posto de trabalho»³⁶. Ora, curiosamente, estas formulações vão no mesmo sentido que as de Nicos Poulantzas³⁷, que Wright criticara em textos anteriores, dizendo textualmente que «não há razão para considerar a supervisão como um reflexo das relações políticas na divisão social do trabalho, em vez dum elemento diferenciado das relações económicas»³⁸.

Poucos anos mais tarde, Erik Olin Wright tinha revisto de forma bastante acentuada as suas posições. No livro *Classes*³⁹ propõe-se apresentar uma reformulação global da teoria das classes sociais.

As proposições teóricas são aí testadas e complementadas com um vasto leque de análises empíricas acerca das classes sociais nas sociedades capitalistas avançadas, concretamente nos Estados Unidos da América e na Suécia. No plano teórico, Wright aproxima-se mais de pontos-chave das propostas de Roemer. Insatisfeito com *impasses* e insuficiências da sua própria teorização, anteriormente elaborada, sobre os «lugares contraditórios de classe»⁴⁰, diagnostica a fonte do problema como um «desvio da exploração para a dominação enquanto base das relações de classe»⁴¹. Adere agora, portanto, à crítica enunciada por Roemer de que as relações de classe não deverão ser definidas primariamente em termos de relações de dominação no interior do processo de produção. «Embora o facto de os capitalistas supervisionarem os trabalhadores no âmbito da produção seja, inquestionavelmente, uma característica importante da maioria das formas de organização de classe e do conflito de classes dentro da produção, a base da relação capital-trabalho deve ser identificada com as relações de controlo efectivo (isto é, de propriedade económica real) sobre os recursos produtivos enquanto tais.»⁴²

Wright enumera vários tipos básicos de recursos produtivos: a força de trabalho, os meios de produção, as qualificações profissionais e os recursos organizacionais. No feudalismo, os direitos de propriedade sobre a força de trabalho estavam desigualmente distribuídos, enquanto cada indivíduo possui uma unidade deste recurso no capitalismo. Neste último caso, a estrutura dos lugares de classe repousa numa combinação multidimensional das distribuições desiguais dos outros três tipos de recursos produtivos. Erik Olin Wright propõe uma tipologia a três dimensões⁴³ (ver quadro na página seguinte).

Assinale-se que Wright complementa estes parâmetros de localização de classe com a consideração de «variáveis biográficas de classe», incluindo na operacionalização das categorias de classe indicadores das *redes de relações de classe* (localização de classe de cônjuge e amigos, profissão secun-

³⁶ Erik Olin Wright, «The Status of the Political [...], in *op. cit.*, p. 324.

³⁷ Veja-se, por exemplo, Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974, por exemplo, pp. 10-13.

³⁸ Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, Londres, Verso Editions, 1983 (ed. orig., 1978), p. 53. Veja-se, de Juan Mozzicafreddo, «Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, 1981, pp. 28-30.

³⁹ Id., *Classes*, Londres, Verso Editions, 1985.

⁴⁰ Id., *Class, Crisis and the State*, cit.

⁴¹ Id., *Classes*, cit., p. 64.

⁴² Id., *ibid.*, p. 72.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 88.

Tipologia dos lugares de classe
Recursos em meios de produção

	Proprietários de meios de produção	Não proprietários (assalariados)			
Possuem capital suficiente para contratar trabalhadores e não trabalhar	1 Burguesia	4 Gestores qualificados	7 Gestores semiquali- ficados	10 Gestores não qualificados	+
Possuem capital suficiente para contratar trabalhadores, mas têm de trabalhar	2 Pequenos empresários	5 Supervisores qualificados	8 Supervisores semiquali- ficados	11 Supervisores não qualificados	> Recursos organizacionais
Possuem capital suficiente para trabalhar por conta própria, mas não para contratar trabalhadores	3 Pequena burguesia	6 Técnicos não gestores	9 Trabalhadores semiquali- ficados	12 Proletários	-
		+	>0	-	
		Recursos em qualificações/diplomas			

dária) e das *trajectórias de classe* (origem de classe, localizações de classe prévias)⁴⁴.

Baseando-se, como se viu, nas propostas de Roemer, Wright demarca-se delas em alguns pontos, com incidência tanto na construção desta tipologia dos lugares de classe como em outros aspectos. De assinalar a distinção que estabelece entre «opressão económica» e «exploração económica». Na sua opinião, as «regras de retirada» dos modelos de Roemer especificam apenas situações de opressão económica. Mas uma situação de exploração implica não só opressão económica, mas também a apropriação por uma classe de trabalho produzido por outra. «O ponto crítico adicional é a ideia de que, no caso da exploração, o bem-estar da classe exploradora *depende do trabalho* da classe explorada.»⁴⁵ Assim, a exploração liga o explorador e o explorado um ao outro, o que não é necessariamente o caso de todas as situações de opressão económica. «É esta combinação peculiar de antagonismo de interesses materiais e de interdependência que dá à exploração o seu carácter distintivo e torna a luta de classes uma força social potencialmente tão explosiva.»⁴⁶

Sabe-se que todo este tema do que poderíamos chamar rapidamente confronto entre unidimensionalidade económica e multidimensionalidade estrutural do conceito de classe é extremamente complexo e tem produzido as mais variadas concepções, pelo entrecruzamento de diferentes pressupostos epistemológicos, de quadros teóricos divergentes e de modalidades alternativas de operacionalização dos conceitos na pesquisa empírica.

Várias versões do conceito de estrutura pluridimensional das classes se podem encontrar em propostas teóricas que integram elementos de raiz marxista e de raiz weberiana, em diversas combinações e de forma teoricamente mais articulada ou mais eclética, desde autores neomarxistas a certos neoweberianos, passando por aqueles cuja catalogação com um destes rótulos se tornaria provavelmente abusiva. Dentro deste vasto espectro

⁴⁴ Erik Olin Wright, *Classes*, cit., pp. 319-323.

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 75.

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 75.

podemos referir Nicos Poulantzas⁴⁷ (totalidade estruturada de relações e práticas sociais, com três dimensões: económica, política e ideológica), Pierre Bourdieu⁴⁸ («espaço social das classes» estruturado por três dimensões básicas — volume do capital, estrutura das principais espécies de capital, trajetória social — e «classe construída» pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes), João Ferreira de Almeida⁴⁹ (matriz estrutural de diferenças sociais, «rede de dimensões em que se analisam as condições de existência» e que estão «presentes na estruturação duma pluralidade de práticas socialmente relevantes»), Juan Mozzicafreddo⁵⁰ (relação e articulação integrada dos vários «níveis político, económico, ideológico e cultural»; «a maneira como as lutas sociais estruturam a sociedade»).

Outro conjunto de versões orienta-se para a unidimensionalidade económica, concebida de maneiras diversas. Trata-se aí de «classes económicas», definidas pelas relações com a propriedade dos meios de produção, pelas relações de assalariamento, pela divisão social do trabalho (entendida como subsumida no plano económico). É uma versão corrente na tradição marxista e é também a posição de John Roemer. Um outro exemplo na bibliografia recente é o de Cutler, Hindess, Hirst e Hussain⁵¹, os quais definem as classes exclusivamente pela relação com os meios de produção.

É claro que a frequente acentuação duma maior ou menor preponderância das relações económicas no conjunto estruturado das relações sociais, num caso, e a complexificação dos parâmetros considerados constitutivos da dimensão económica, no outro, acabam por tornar imprecisas as fronteiras entre aqueles dois conjuntos de versões. Erik Olin Wright, como vimos, acentua agora mais claramente do que dantes a pluridimensionalidade da estrutura de classes. Anthony Giddens, autor em que a influência weberiana é pronunciada, parte duma concepção complexa de classes sociais, envolvendo uma dupla estruturação⁵²: a estruturação mediata, considerada a mais importante e cujos processos organizadores são os que regulam o grau de fechamento da mobilidade em relação aos principais tipos de oportunidade de mercado (posse de meios de produção, posse de qualificações técnicas e educacionais, posse de força de trabalho), e a estruturação imediata das relações de classe, envolvendo a divisão do trabalho na empresa, as relações de autoridade na empresa e os «agrupamentos distributivos» (gerados na esfera do consumo e, em articulação com os outros elementos, tendentes a reforçar as clivagens de classe em termos de estilo de vida, de vizinhança e de comunidade). Em obras mais recentes⁵³, Giddens conceptualiza as relações de classe, num plano de maior abstracção, basicamente enquanto modos de dominação, combinando o controlo

⁴⁷ Nicos Poulantzas, *op. cit.*, pp. 9-34.

⁴⁸ Pierre Bourdieu, *La distinction — critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1979, pp. 109-141.

⁴⁹ João Ferreira de Almeida, «Alguns problemas de teoria das classes sociais», *Análise Social*, n.º 66, 1981, pp. 232-241.

⁵⁰ Juan Mozzicafreddo, *op. cit.*, pp. 35-41.

⁵¹ Anthony Cutler, Barry Hindess, Paul Hirst e Athar Hussain, *«O Capital» de Marx e o Capitalismo de hoje* (2 vols.), Rio de Janeiro, Zahar, 1980 e 1981 (ed. orig., 1977 e 1978), pp. 213-223 (vol. I).

⁵² Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975 (ed. orig., 1973), pp. 119-141.

⁵³ Por exemplo, Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Londres, MacMillan, 1981, pp. 105-128 e 157-181.

de «recursos alocativos» e de «recursos autoritativos». Defende, além disso, que as classes sociais não esgotam, de modo algum, os modos de dominação, articulando-se com outros, tais como os implicados nas divisões entre estados, etnias ou sexos. Por outro lado, diferentemente do que acontece noutros tipos de sociedade, «no capitalismo o poder da classe dominante deriva fundamentalmente do seu controlo de recursos alocativos»⁵⁴.

Pluralidade alargada dos fundamentos possíveis da formação de classes enquanto estratégias de fechamento conflituais é a proposta neoweberiana de Frank Parkin⁵⁵. Mais precisamente, as classes sociais resultam normalmente duma qualquer combinação de critérios colectivistas e de critérios individualistas de exclusão. Quais os critérios que predominam em cada situação concreta, é uma questão de pesquisa empírica. Apesar de adoptar um quadro teórico bastante diferente do de Roemer, também Parkin propõe uma teoria generalizada da exploração, entendida aqui como a apropriação de vantagens especiais pelo exercício de estratégias de exclusão legalmente sancionadas e garantidas pelo Estado. Do mesmo modo, Parkin afirma que a noção de propriedade deve ser reposta no centro da análise das classes, dado que «é, por si só, a mais importante forma de fechamento social comum às sociedades industriais»⁵⁶. Propõe ainda que a análise sociológica do conceito de propriedade leve à interrogação acerca da razão por que só um conjunto restrito de formas de posse são legalmente admissíveis. Parkin dá os exemplos dos trabalhadores que não têm direito legal à posse dos respectivos postos de trabalho, dos inquilinos que não têm direito legal à posse das respectivas casas e dos usufrutuários da segurança social que não têm direito legal à posse dos seus benefícios⁵⁷. Conflituais com estas são as pretensões à propriedade dos patrões, senhores e Estado, que têm conseguido obter a respectiva garantia legal na forma de direitos de propriedade. Já Max Weber, referência principal de Parkin, tinha tratado largamente das relações entre a ordem económica, a ordem legal e a distribuição dos poderes⁵⁸. Boaventura de Sousa Santos, por seu turno, conceptualiza o direito como mediador preferencial entre o económico e o político⁵⁹.

Não tem portanto nada de trivial, antes constitui um vasto campo de análise, a questão levantada por Roemer acerca das relações entre exploração, direitos de propriedade e poder. Margaret Levi e Douglass North, num artigo em que apoiam a teoria da exploração de Roemer enquanto fundada nos direitos de propriedade, recriminam-lhe não prestar atenção a que «o poder político determina em larga medida os direitos de propriedade»⁶⁰. Mas não parece ser uma crítica bem dirigida. Roemer, de facto, acentua que é a desigual distribuição do potencial de violência e doutrinas

⁵⁴ Anthony Giddens, *A Contemporary [...]*, p. 210.

⁵⁵ Frank Parkin, *Marxism and class theory: a bourgeois critique*, Londres, Tavistock Publications, 1981 (ed. orig., 1979), pp. 44-116.

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 53.

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 50.

⁵⁸ Max Weber, *Economy and Society* (ed. Guenther Roth e Claus Wittich), Berkeley-Los Angeles-Londres, University of California Press, 1978 (2 vols.), em particular vol. I, pp. 311-338, e todo o vol. II.

⁵⁹ Boaventura de Sousa Santos, «O Estado, o direito e a questão urbana», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 9, 1982, pp. 18-30.

⁶⁰ Margaret Levi e Douglass North, «Toward a Property-Rights Theory of Exploitation», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1983, p. 318.

formas de coacção que assegura a manutenção dos direitos de propriedade e o exercício dos poderes daí decorrentes, produzindo nomeadamente a exploração. É ainda claro para Roemer que o Estado é a sede central dessa coacção.

O que importa aqui salientar é que a questão do estatuto das dimensões não económicas na análise das classes se coloca não só internamente à construção do conceito de classe (de estrutura de classes, de práticas de classe), mas também à respectiva articulação com os doutras entidades sociais com importantes «poderes causais», para empregarmos a terminologia de John Urry. Opondo-se ao que designa por visão economicista das classes sociais, Urry defende que estas existem dentro da sociedade civil, entendida como a esfera da circulação, da reprodução e das lutas sociais⁶¹. Sem negar as determinações que as classes sofrem da esfera da produção e da do Estado, é na esfera da sociedade civil, mediadora entre aquelas duas, que as classes se formam e que se processam as lutas de classes, cujos efeitos reconfiguram a sociedade civil e se podem propagar, por sua vez, às outras esferas. Dentro dessa concepção geral, e procurando convergências entre os quadros teóricos marxista e weberiano, John Urry e Nicholas Abercrombie enunciam os parâmetros genéricos duma definição:

«As classes sociais deveriam ser a) concebidas como conjuntos de relações sociais interligando lugares na divisão social do trabalho, b) conceptualizadas em termos de situação de mercado e de trabalho, e c) vistas como envolvendo importantes processos de recrutamento que em parte afectam a estruturação de tais lugares.»⁶²

Nesta discussão sobre o estatuto das dimensões não económicas no conceito de classe podem ainda mencionar-se as posições que, a par duma multidimensionalidade das teorias gerais do social respectivas, consideram que, no caso especial do capitalismo, as classes não só são o tipo hegemónico de clivagem social, como se podem conceber em termos exclusivamente económicos. Um exemplo desta posição é o de Jürgen Habermas. Para este autor, o materialismo histórico clássico deve ser reconstruído através nomeadamente da consideração não só do *trabalho*, mas também da *interacção*, como conceitos igualmente básicos, através da inventariação não só da acção instrumental e da acção estratégica, mas também da acção comunicativa, através da análise não só da evolução das estruturas produtivas, mas também da evolução, com lógica própria, das estruturas normativas⁶³. Mas, ao mesmo tempo, para Habermas, no capitalismo, «a estrutura de classes apresenta-se pela primeira vez em forma pura, isto é: em termos económicos»⁶⁴.

Por último, não é de deixar de referir que as dificuldades metodológicas da operacionalização dos conceitos e os condicionamentos pragmáticos da pesquisa empírica originam que concepções teóricas tão variadas como as atrás referidas acabem, muitas vezes, por se encontrar na pesquisa empí-

⁶¹ John Urry, *Anatomia das Sociedades Capitalistas — a Economia, a Sociedade Civil e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 (ed. orig., 1981), particularmente pp. 69-84.

⁶² Nicholas Abercrombie e John Urry, *Capital, Labour and the Middle Classes*, Londres, George Allen and Unwin, 1983, p. 152.

⁶³ Jürgen Habermas, *La reconstrucción del materialismo histórico*, Madrid, Taurus, 1981 (ed. orig., 1976), pp. 131-180.

⁶⁴ Id., *ibid.*, p. 38.

rica, utilizando o mesmo restrito conjunto de indicadores ou o mesmo indicador complexo, sobretudo o indicador socioprofissional⁶⁵.

2.2 QUAL O INTERESSE DAS NOÇÕES DE INTERESSE NA TEORIA DAS CLASSES?

Não há talvez palavra mais utilizada e menos rigorosamente conceptualizada nos textos da teoria das classes sociais do que a palavra «interesse». Aparece com uma pluralidade de sentidos e surge normalmente nos pontos do discurso em que é preciso relacionar conceitos importantes e não se sabe bem como fazer essa relação numa forma teoricamente elaborada. É, assim, um termo usado mais como substituto dum conceito do que como conceito propriamente dito. A carga de evidência da palavra é enorme. A utilização quotidiana que dela fazemos, na imputação de razões para as expectativas e os comportamentos, é larguíssima. De tal forma é assim que os mais exigentes teóricos dela se servem sem se darem conta da dose de pressuposto e de impensado que, ao fazê-lo, injectam na análise.

«Interesse» é também, porventura, o mais flagrante ponto de cruzamento entre o paradigma marxista e os paradigmas individualistas e utilitaristas (desde as clássicas versões liberais até à economia neoclássica, à sociologia weberiana e às análises estratégicas). Faz parte do fundo comum da filosofia liberal utilitarista, em associação, sempre precariamente fundamentada, com as noções de utilidade, prazer, felicidade, racionalidade, optimização. Na tradição marxista gerou a não menos precária, embora igualmente central, distinção entre interesses imediatos e interesses objectivos. Com a proposta de John Roemer vemo-nos perante uma teoria que, considerando-se marxista, faz apelo aos dois paradigmas. É uma proposta que permite repensar a noção de interesse a propósito da análise das classes sociais.

Um autor que permanentemente recorre à noção de interesse na teoria das classes é Erik Olin Wright⁶⁶. O eixo da fundamentação teórica para a estrutura de lugares de classe que propõe é o da partilha ou não de comuns «interesses de classe fundamentais». Em particular, fariam parte do proletariado todos os que têm o mesmo «interesse fundamental no socialismo». Perante esta argumentação, a crítica feita por Juan Mozzicafreddo à confiança depositada num critério situado no plano ideológico por parte de quem, como Wright, acusa Poulantzas de descurar excessivamente a importância do plano económico é uma crítica certa⁶⁷. Mais recentemente, Wright reconhece a dificuldade da noção de «interesses objectivos»⁶⁸ e propõe-se mesmo começar a sair dum plano de exclusivo debate teórico para uma tentativa de comprovação empírica dos contornos das faixas populacionais com diferentes «interesses subjectivos», tomados

⁶⁵ Vejam-se, como exemplos, as análises da estratificação e das classes, baseadas em dados estatísticos, de A. Sedas Nunes e J. David Miranda, «A composição social da população portuguesa», in *Análise Social*, n.ºs 27/28, 1969, de João Ferrão, «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)», in *Finisterra*, n.º 34, 1982, e «Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)», in *Análise Social*, n.ºs 87/88/89, 1985, e de Paolo Sylos Labini, *Ensaio sobre as Classes Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983 (ed. orig., 1974).

⁶⁶ Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., em particular pp. 88-91.

⁶⁷ Juan Mozzicafreddo, *op. cit.*

⁶⁸ Erik Olin Wright, «O que é *neo* e o que é *marxista* na análise *neomarxista* das classes?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 12, 1983, pp. 12-13.

como parâmetros de caracterização duma «atitudes de classe», por assim dizer, a meio caminho entre uns e outros interesses⁶⁹. Se o encaminhamento para a procura de evidência empírica é louvável, já a solidez do procedimento parece bastante duvidosa.

Mas porquê os conceitos de «interesses objectivos» («reais», «fundamentais») contrapostos a «interesses subjectivos» («manifestos», «imediatos») na análise das classes e da luta de classes? A dicotomia conceptual remonta a Marx, incide nomeadamente na distinção entre «classe em si» e «classe para si», é retomada de várias maneiras e tem uma expressão teórica extremada em Lukacs, precisamente com o conceito de interesses de classe, definidos através da categoria operatória de «possibilidade objectiva» e contrapostos aos interesses imediatos⁷⁰. Na bibliografia recente, embora a reflexão esteja ainda no início, esta orientação conceptual começa a ser fortemente questionada. Para Ted Benton, por exemplo, toda a questão vem do que designa por «paradoxo da emancipação», ou seja, «o problema de como conciliar uma concepção da prática socialista como uma forma de auto-emancipação com uma crítica da ordem estabelecida que defende que a consciência daqueles de quem a auto-emancipação deve ser esperada é sistematicamente manipulada, distorcida e falsificada pelas características essenciais dessa ordem»⁷¹. Frank Parkin, numa ironia contundente, afirma que o marxismo, tendo-se colocado o problema de porque é que o operariado não actuava de acordo com os fins políticos por aquele preconizados, «abriu o caminho para uma sucessão de teóricos marxistas, de Lukacs e Gramsci até às escolas althusseriana e de Francoforte, que ofereceram um diagnóstico implicando, da maneira mais oblíqua e escolar, que o proletariado estaria a sofrer de algum tipo de perturbação cerebral colectiva»⁷².

Note-se entretanto que a imputação apriorística de interesses não empiricamente verificáveis não é, de modo nenhum, um exclusivo da tradição marxista. Não só certas versões do individualismo também utilizam uma noção de «interesses reais» contrapostos a preferências subjectivas, como no caso de Steven Lukes⁷³, mas também, em geral, o postulado do actor individual racional competindo com os outros pela maximização de vantagens (e, nomeadamente, desencadeando para tal, segundo Parkin, estratégias de fechamento) não é menos apriorístico e portador dum acentuado irrealismo no tipo de simplificações que utiliza. Perante uma passagem de Anthony Heath em que este afirma que «pensa fazermos bem, até que esteja disponível firme evidência em contrário, assumirmos que os homens como nós são agentes tão racionais e inteligentes como nós próprios usualmente supomos ser»⁷⁴, Barry Hindess comenta com humor que, se é assim, bastaria um mesmo que limitado grau de autoconhecimento para rejeitar a abordagem da escolha racional⁷⁵.

⁶⁹ Erik Olin Wright, «O que é *neo* [...]», in *op. cit.*, pp. 24-37. Maior desenvolvimento em E. O. Wright, *Classes*, cit., pp. 241-282.

⁷⁰ Georg Lukacs, *História e Consciência de Classe*, Lisboa, Publicações Escorpião, s. d.

⁷¹ Ted Benton, «'Objective' interests and the sociology of power», in *Sociology*, vol. 15, n.º 2, 1981.

⁷² Frank Parkin, *op. cit.*, p. 81.

⁷³ Steven Lukes, *Power: A Radical View*, Londres, MacMillan, 1974.

⁷⁴ Anthony Heath, *Rational Choice and Social Exchange*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, p. VIII.

⁷⁵ Barry Hindess, «Rational choice theory and the analysis of political action», in *Economy and Society*, vol. 13, n.º 3, 1984, p. 259.

Voltando ainda à tradição marxista, no seu enquadramento mais geral, a ideia de «interesses objectivos» aparece associada à duma evolução histórica processando-se por fases sucessivas e determinadas. Tratar-se-ia portanto de interesses teoricamente definidos, através duma análise teórica dos mecanismos sociais e dos processos históricos, entendidos dessa forma evolucionista e determinista.

São conhecidas as dificuldades desta concepção e o descrédito em que caiu junto de muitos dos autores de influência marxista, bem como as relativizações e modificações de que tem sido alvo. Há, no entanto, tentativas de reconduzir um estrito evolucionismo determinista da concepção materialista da história por autores como William Shaw⁷⁶ e G. A. Cohen⁷⁷. As propostas teóricas de Roemer, embora abram todo um novo conjunto de possibilidades, sofrem uma forte influência deste revivalismo.

Outros argumentos têm sido adiantados para uma fundamentação dum conceito de interesses objectivos. São por vezes argumentos com uma lógica contrafactual implícita ou explícita: são os interesses que os elementos duma classe teriam se não estivessem sujeitos a manipulação ideológica, ou os interesses que teriam se não estivessem sujeitos a uma situação de dominação por outros. São também teorizados, em alternativa ou complementarmente, como os interesses simbolicamente inscritos numa pluralidade de práticas sociais com existência objectiva, mas não necessariamente coincidentes com a expressão verbal, por parte dos indivíduos, dos respectivos interesses conscientes.

Este último tipo de alargamento do campo de análise é muito interessante e tem conduzido a frutuosas elaborações teóricas e pesquisas empíricas (veja-se, por exemplo, Gramsci ou Bourdieu). Mas o que já se pode pôr em dúvida é que seja vantajoso continuar a falar, nestes casos, de «interesses objectivos», com a conotação clássica. De facto, muitos autores não o fazem. Preferível seria, na opinião de Ted Benton, a análise da existência efectiva de vários tipos de preferências e objectivos, possivelmente desfasados entre si ou mesmo em conflito⁷⁸. Opinião semelhante é a de John Urry, para quem a «noção marxista convencional de interesses de classe» tem por base um essencialismo de classe, que este autor rejeita, considerando os interesses como decorrendo da estrutura da sociedade civil, da variedade de forças que aí se relacionam, dos sempre relativamente imprevisíveis e permanentemente retransformados resultados da luta de classes⁷⁹.

Já para Giddens pode ter sentido falar em interesses, e em interesses objectivos, mas com um entendimento particular desses conceitos. Os interesses distinguem-se das preferências, aspirações ou desejos subjectivos. Mas relacionam-se com eles. «Os interesses pressupõem desejos, mas o conceito de interesses não diz respeito aos desejos enquanto tais, mas aos possíveis modos da sua realização em circunstâncias dadas.»⁸⁰ Recusando a tese de que os interesses colectivos possam ser entendidos como propriedades estruturais das colectividades independentes dos desejos subjectivos

⁷⁶ William H. Shaw, *Teoria Marxista da História*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (ed. orig., 1978).

⁷⁷ G. A. Cohen, *Karl Marx's Theory of History: A Defence*, Princeton, Princeton University Press, 1978.

⁷⁸ Ted Benton, *op. cit.*, pp. 181-182.

⁷⁹ John Urry, *op. cit.*, pp. 151-152.

⁸⁰ Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory — Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, MacMillan, 1979, p. 189.

dos actores, Giddens não deixa de assinalar que, «no entanto, os actores têm interesses *em virtude da sua pertença a determinados grupos, comunidades, classes, etc.*»⁸¹. Ou seja, pressupondo certos desejos ou aspirações, os cursos de acção para os atingir — aos interesses — são partilhados com os outros membros desses colectivos (e eventualmente conflituais com os de outros conjuntos de actores sociais).

2.3 COMO SE PODEM CONCEBER AS RELAÇÕES ENTRE LUGARES NA ESTRUTURA DE CLASSES E CLASSES COMO FORÇAS SOCIAIS?

A questão dos interesses conduz à das relações entre as classes concebidas como lugares na estrutura das relações sociais e as classes analisadas enquanto forças sociais. Na expressão de Erik O. Wright, os interesses de classe estabelecem «a ligação entre a estrutura das classes (isto é, a estrutura das relações sociais *entre* as classes) e a luta de classes»⁸². Este relacionamento coloca dificuldades importantes. Vimos atrás a referência ao «paradoxo da emancipação» e a crítica a um conceito de interesses objectivos que se poderia inferir da opinião de Parkin, segundo a qual a verificação empírica do sentido das lutas de classes orientadas pelos interesses subjectivos dos protagonistas raramente coincide com os imputados (teoricamente determinados, segundo Lukacs) interesses objectivos de classe. A objecção é de monta, dado que, ao cabo e ao resto, como desabafa E. O. Wright, «falar de interesses de classe objectivos é falar acerca dos objectivos *potenciais* dos actores de classe»; «não faz nenhum sentido falar acerca de ‘interesses’ que *nunca* possam tornar-se objectivos efectivos de lutas reais.»⁸³ Mas não é uma objecção definitiva, na medida em que a evidência empírica em seu suporte é, obviamente, muito discutível e também na medida — que nos interessa de momento mais — em que há todo um campo de questões teóricas que ficaram por esclarecer. São as questões do que poderíamos designar, recorrendo ainda a Wright, por *capacidades de classe*. O insuficiente equacionamento teórico deste assunto tem levado a dois simplismos. Um consiste na projecção de toda a problemática das classes sobre a análise da estrutura de classes. Esta posição, encontrável em certas correntes do marxismo, assenta no pressuposto implícito de que as práticas sociais são total, imediata e linearmente deduzíveis da estrutura de classes; e resolve as dificuldades por recurso a factores *ad hoc*, desprovidos de estatuto teórico suficientemente nítido. O outro simplismo é mais comum nos autores tributários duma epistemologia empirista e em alguns sociólogos de inspiração weberiana, traduzindo-se em projectar toda a análise na direcção das práticas sociais imediatamente observáveis.

Vejamos então como se podem equacionar teoricamente as relações entre a estrutura de classes e as classes como forças sociais.

Segundo o quadro teórico desenvolvido por Erik Olin Wright, torna-se necessário, em primeiro lugar, clarificar que esta não é uma questão de relação entre níveis de abstracção, mas sim de articulação entre diferentes objectos teóricos de análise. Não se trata de contrapor «estrutura» e «conjuntura», à maneira de Nicos Poulantzas⁸⁴, quando distingue entre lugares de classe (estruturais) e posições de classe (conjunturais). No quadro

⁸¹ Anthony Giddens, *Central Problems [...]*, p. 189.

⁸² Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., p. 98.

⁸³ Id., *ibid.*, p. 88.

⁸⁴ Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, cit., pp. 10-14.

seguinte, Wright sumaria a distinção e o posicionamento relativo daqueles dois grandes eixos analíticos organizadores do campo de investigação sobre as classes sociais⁸⁵:

Objectos teóricos e níveis de abstracção

Nível de abstracção	Objectos teóricos de análise	
	ESTRUTURA DE CLASSES	FORMAÇÃO DE CLASSES
MODO DE PRODUÇÃO	Relações de classe polarizadas	Luta entre as classes em grandes épocas históricas
FORMAÇÃO SOCIAL	Coexistência de classes baseadas em diferentes modos de produção e nos seus diferentes estádios de desenvolvimento respectivos	Alianças de classe
CONJUNTURA	Variabilidade institucional nas relações de classe em dadas ocupações/profissões	Organizações concretas de classe: partidos, sindicatos, comissões

Em segundo lugar, para E. O. Wright, «as capacidades de classe constituem a ligação entre a formação de classes (isto é, a estrutura das relações sociais *no interior* das classes) e a luta de classes: as capacidades constituem a base potencial para a realização dos interesses de classe na luta de classes»⁸⁶. Estas capacidades de classe podem, por sua vez, decompor-se em capacidades estruturais e capacidades organizacionais de classe. Estas últimas referem-se à organização deliberada de elementos de uma determinada classe. As capacidades estruturais, segundo as indicações de Wright, podem ter vários fundamentos. Na esfera da produção, um exemplo é o da formação, ao longo do desenvolvimento capitalista, do «trabalhador colectivo», com a complexa divisão do trabalho e a concentração de volumoso número de trabalhadores a ele associados. Outros fundamentos da capacidade estrutural de classe são a comunidade e a etnia⁸⁷.

Embora Wright não desenvolva mais a questão nesse sentido, parece razoável considerar que um dos motivos pelos quais aquelas dimensões das relações sociais ganham o carácter de fundamentos possíveis de capacidades estruturais de classe é o facto de todas elas poderem produzir identidades culturais. As relações entre composição de classe e dimensão comunitária na produção de identidades culturais têm sido objecto de pesquisa empírica em meio rural e urbano⁸⁸. No plano das divisões social e técnica do trabalho e das maneiras como se projectam na materialidade institucional da fábrica (nos respectivos sistemas de trabalho, de organização e de qualificação), as relações entre composição profissional e identidade cultural, enquanto componentes da formação de classe, têm também sido alvo de uma ou outra pesquisa⁸⁹.

⁸⁵ Erik Olin Wright, *Classes*, cit., p. 9.

⁸⁶ Id., *Class, Crisis and the State*, cit., p. 98.

⁸⁷ Id., *ibid.*, pp. 99-100.

⁸⁸ Veja-se, por exemplo, João Ferreira de Almeida, «'Quem faz o arraial é o povo': mudança social e mudança cultural», in *Análise Social*, n.º 64, 1980, e António Firmino da Costa, «Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, 1984.

⁸⁹ Veja-se, por exemplo, António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro et al., *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*, Lisboa, CES/ISCTE, 1984. Veja-se também Renaud Sainsaulieu, *L'Identité au travail — les effets culturels de l'organisation*, Paris, PNFNSP, 1977.

A este aspecto, aliás —o da recomposição do trabalhador colectivo, dos processos que a animam e das tendências empiricamente verificáveis nas sociedades contemporâneas—, liga-se um dos tópicos centrais da discussão teórica de Roemer. Trata-se da maior pertinência da consideração do trabalho como heterogéneo em modelos de sociedades capitalistas e socialistas contemporâneas perante a suposição marxista clássica do trabalho homogéneo. Em Marx, a hipótese da tendência para a desqualificação homogeneizante do trabalho operário ocupa um lugar central. Ela tem por função mostrar que o trabalho concreto se vai tornando, na prática efectiva e para a globalidade do proletariado, trabalho geral e abstracto. Haveria portanto um fundamento sociológico empírico para adoptar a teoria do valor-trabalho, uma vez que, reduzido à expressão mais simples, o trabalho, tem apenas uma qualidade: a quantidade. Esta é medida pelo tempo de esforço indiferenciado. Com base nesta última suposição, foi na altura possível construir a teoria da exploração como transferência de mais-valia⁹⁰. É bem provável, aliás, que, na época, a captação sociológica das características do trabalho operário justificasse a teorização de Marx.

Mas o que é importante salientar aqui é que toda essa análise assenta num dado exterior à lógica da articulação interna das categorias económicas do modelo respectivo. Esse dado (trabalho homogéneo ou trabalho heterogéneo), como outros, entra nos modelos como pressuposto. O mérito dos modelos é expor com clareza aquelas articulações conceptuais, verificar quais as proposições com elas coerentes e as que o não são, determinar com rigor que consequências teóricas acarretam certos pressupostos iniciais. Na medida em que formalizam os pressupostos, possuem, por um lado, a capacidade heurística inerente à análise das repercussões da variação experimental dos pressupostos, e, por outro lado, remetem para a realização duma sociologia empírica voltada para a verificação (ou falsificação) da adequação daqueles pressupostos à modelização duma determinada sociedade (de relações e processos que a atravessam).

Pode dizer-se que, de algum modo, é naquela homogeneização e redução ao mínimo de subsistência da esmagadora maioria dos trabalhadores (processo de proletarização) que Marx pensa encontrar a raiz da potencialidade do proletariado para a acção colectiva, muito especialmente para a acção revolucionária anticapitalista. Sublinhem-se os dois componentes desta potencialidade: 1) o proletariado «não tem nada a perder a não ser as suas cadeias»; 2) há uma vasta homogeneização das condições de existência dos trabalhadores⁹¹.

Mas, para a passagem da potencialidade ao acto, da «classe em si» à «classe para si» e, por maioria de razão, desta última à acção colectiva de classe, à classe como força social, não basta normalmente a referida homogeneidade dessas condições sociais de existência. Marx recorre então a duas séries de conceitos. Por um lado, a conceitos como os de concentração operária nas fábricas e nas cidades, de coexistência quotidiana nos locais

⁹⁰ António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro et al., *op. cit.*, em particular pp. 10-11.

⁹¹ Veja-se, por exemplo, Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Porto, Sementes, 1974; Karl Marx, *Le Capital*, Paris, Éditions Sociales, 1977, liv. I, secções 7.^a e 8.^a; Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Lisboa, Estampa, 1971.

de trabalho, de partilha da sujeição à disciplina de fábrica⁹². Por outro lado, aos conceitos de organização e consciência de classe, de envolvimento dos operários em associações de carácter sindical e partidário⁹³. Célebre é o contra-exemplo da dispersão, isolamento e incapacidade de organização colectiva, própria dos camponeses, apresentado por Marx⁹⁴. Vários autores recentes comentam estes aspectos da um tanto fragmentária, por vezes francamente insuficiente ou contestável, mas nem por isso inexistente, colocação implícita ou explícita na obra de Marx das importantes questões das articulações entre estruturas de classe e classes como forças sociais. É o caso de Cutler, Hindess, Hirst e Hussain⁹⁵ e, muito em especial, de autores como E. P. Thompson⁹⁶ e Craig Calhoun⁹⁷, que estudam a formação histórica da classe operária, sublinhando vectores comunitários presentes nas lutas de classes que acompanham esse processo de formação. Noutro tipo de abordagem, E. O. Wright sistematiza e desenvolve aquelas duas séries de conceitos de Marx em termos de, como vimos, capacidades estruturais e capacidades organizacionais de classe.

Weber, na sua preocupação de reformular problemas abordados por Marx e de contrapor às deste outras soluções fundadas no quadro teórico da sociologia da acção social, aborda a questão directamente. O conhecido texto «Classe, grupo de *status* e partido»⁹⁸ tem como objecto não só as formas de distribuição do poder na sociedade, mas também a medida em que essas formas constituem bases para a acção colectiva. Para Weber, os grupos de *status* tendem a constituir grupos efectivos (com sentimento de pertença, estilos de vida comuns e variadas interacções directas entre os elementos que os constituem), ao contrário do que geralmente acontece com as classes. Assim, só em casos excepcionais, de acentuada mudança social e de particular «transparência das conexões entre as causas e as consequências da situação de classe»⁹⁹ — e mesmo assim com a convivência doutros factores —, pode a classe constituir uma base para a acção colectiva. Inversamente, essa base é muitas vezes fornecida pelos grupos de *status*.

Ralf Dahrendorf, retomando as ideias de Weber, acentua mais a emergência de associações dotadas de fins conscientes (procura do poder) e de organização («partidos», no sentido de Weber) a partir de categorias sociais com «interesses latentes» comuns. A formação, a partir dos «quase-grupos», desses «grupos de interesse» e o confronto entre estes últimos

⁹² Podem encontrar-se exemplos desta linha de argumentação em Karl Marx, *Miséria da Filosofia*, Porto, Publicações Escorpião, 1974, Karl Marx, *A Luta de Classes em França (1848-1850)*, s.l., Nosso Tempo, 1971, bem como em Karl Marx, *Le Capital*, Paris, Éditions Sociales, 1977, liv. I, secções 3.^a e 4.^a. Ou então em Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Porto, Afrontamento, 1975, e em F. Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, cit.

⁹³ Duas colectâneas de textos de Marx e Engels sobre sindicalismo e partido são, respectivamente: Karl Marx e Friedrich Engels, *O Sindicalismo* (org. Roger Dangeville), Porto, Publicações Escorpião, 1974, 2 vols. (ed. original, 1972), e *Le parti de classe* (org. Roger Dangeville), Paris, François Maspéro, 1973, 4 vols.

⁹⁴ Karl Marx, *O 18 do Brumário de Louis Bonaparte*, Coimbra, Centelha, 1975.

⁹⁵ Anthony Cutler, Barry Hindess, Paul Hirst e Athar Hussain, *op. cit.*

⁹⁶ E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977 (ed. orig., 1963, 1968).

⁹⁷ Craig Calhoun, *The Question of Class Struggle — Social Foundations of Popular Radicalism during the Industrial Revolution*, Oxford, Basil Blackwell, 1982.

⁹⁸ Max Weber, *op. cit.*, vol. 2, pp. 926-940.

⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 929.

enquanto «grupos de conflito» são as propostas de conceptualização que o autor apresenta para a acção colectiva conflitual centrada em torno dos interesses latentes dos quase-grupos¹⁰⁰. Dahrendorf, tal como Weber, utiliza abundantemente a noção de interesse. Apesar das críticas que tece à concepção marxista do «interesse objectivo», defende a pertinência — e mesmo a indispensabilidade para a análise sociológica — dum conceito de «interesses não psicológicos», objectivamente ligados à estrutura da sociedade. Mais precisamente, são interesses na manutenção ou na alteração da distribuição de autoridade nas associações imperativamente coordenadas, isto é, «orientações esperadas de comportamento associadas a papéis de autoridade»¹⁰¹ naquelas associações. E, também para Dahrendorf, «a tarefa da teoria da formação das classes é a de estabelecer uma vinculação sistemática entre as duas categorias de interesses latentes e manifestos»¹⁰².

É preciso notar que, para alguns autores recentes de inspiração marxista, o problema que nos tem vindo a ocupar neste ponto não se põe desta maneira. É o caso de Adam Przeworski, que, num artigo de comentário a Roemer, afirma que «a organização das classes como sujeitos, colectividades-em-luta, não é determinada pelos lugares ocupados pelos indivíduos na esfera das relações de propriedade»¹⁰³. Em textos anteriores, Przeworski tinha desenvolvido uma teoria dos processos de formação das classes. Debruçando-se precisamente sobre a relação entre as classes objectivamente definidas e as classes na qualidade de elementos históricos, este autor opõe-se às posições voluntaristas, que fazem apelo praticamente exclusivo à intervenção duma agência externa organizada, e opõe-se também às posições objectivistas, para as quais os lugares objectivos determinam interesses objectivos e estes, por sua vez, originam o essencial das posições subjectivas e das lutas concretas. Retomando críticas de Fernando Henrique Cardoso à análise estática das classes praticada quer pela sociologia empirista, quer pelo marxismo estruturalista¹⁰⁴, e convergindo com análises de Bourdieu¹⁰⁵ e de Parkin¹⁰⁶ sobre o papel decisivamente constituinte das lutas de classificações ou das lutas em torno dos critérios de exclusão para a formação das classes, Przeworski opõe-se explicitamente à utilização que Wright dá à noção de interesses objectivos. Em vez de se atribuírem arbitrariamente interesses objectivos, tanto de curto prazo como de longo prazo, a indivíduos considerados portadores ou encarnações das posições objectivas, o que devemos é analisar «porque é que são o que são os interesses que as pessoas têm na vida diária»¹⁰⁷. As classes sociais são elas próprias efeitos das lutas, as quais, sendo estruturadas pelas relações económicas, políticas e ideológicas, têm um efeito autónomo sobre o processo da formação das classes. «O que isto implica é que as classificações das posições devem ser consideradas imanentes às práticas

¹⁰⁰ Ralf Dahrendorf, *As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (ed. orig., 1957, 1959), em particular pp. 145-213.

¹⁰¹ Id., *ibid.*, p. 162.

¹⁰² Id., *ibid.*, p. 163.

¹⁰³ Adam Przeworski, *op. cit.*, p. 293.

¹⁰⁴ Por exemplo, em Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975, em particular no cap. III «Classes sociais e história: considerações metodológicas».

¹⁰⁵ Pierre Bourdieu, *op. cit.*

¹⁰⁶ Frank Parkin, *op. cit.*

¹⁰⁷ Adam Przeworski, «El proceso de la formación de classes», in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. XL, número especial, 1978, p. 113.

que possam resultar na formação das classes.»¹⁰⁸ As lutas sobre a formação das classes são teoricamente prévias às lutas de classes. Além disso, as lutas de classes não se reduzem às classes em luta. Por um lado, as lutas de classes actuam, antes de mais, estruturalmente nos processos quotidianos e históricos de formação das classes e, por outro lado, as forças sociais em luta não coincidem com lugares estaticamente fixados. Pelo contrário, existem vários padrões possíveis de formação de classes, alvos de diferentes estratégias. «Os mecanismos de determinação das classes através das relações políticas e ideológicas são, portanto, indirectos: estas relações não distribuem as pessoas segundo uma dimensão de ‘autoridade’ ou de ‘propriedade legal’, antes *estruturam as lutas de classes de tal maneira que os portadores das relações de produção se organizam, se desorganizam e se reorganizam em classes.*»¹⁰⁹

Uma posição ainda mais drástica é defendida por Cutler *et al.*¹¹⁰ Perante os problemas do marxismo clássico em reconciliar uma concepção de classes como categorias de agentes económicos e, ao mesmo tempo, como forças políticas e formas ideológicas, a opinião destes autores é clara: «Se as classes forem concebidas como categorias de agentes económicos, não podem também ser concebidas como agências políticas e culturais.»¹¹¹

Para eles, as classes são de facto classes económicas, definidas pela posse ou separação dos meios e condições de produção. A relação com o político e o ideológico envolveria as noções de interesses (economicamente determinados) e da respectiva representação política e ideológica. A tese principal dos autores, aqui, é a de que a representação não é directamente redutível àquilo que ela representa e, se assim acontece, é porque os meios de representação possuem uma efectividade específica. «O conceito de representação implica uma distinção entre o que é representado, as classes económicas e os seus interesses e a própria representação, as práticas políticas e culturais de organizações e instituições específicas. As classes não se representam, de forma imediata e directa, a si mesmas. Quando examinamos as lutas políticas e ideológicas, encontramos aparelhos estatais, partidos e organizações políticas, manifestações e motins, corpos de homens armados, jornais e revistas, etc., mas não encontramos *classes*, umas alinhadas contra as outras.»¹¹² São pois aqueles, e não estas, os agentes das lutas políticas e ideológicas.

2.4 HOLISMO E INDIVIDUALISMO, CULTURA E RAZÃO PRÁTICA NA ANÁLISE DAS CLASSES

A proposta teórica de John Roemer recoloca as questões da pertinência, em alternativa ou em combinação, dos paradigmas holistas ou individualistas na análise das classes (e na análise sociológica em geral), bem como da pertinência, em alternativa ou em combinação, do recurso a uma noção de racionalidade utilitária universal e trans-histórica ou a noções de relatividade cultural.

¹⁰⁸ Adam Przeworski, «El proceso [...]», in *op. cit.*, p. 117.

¹⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 126.

¹¹⁰ Cutler *et al.*, *op. cit.*

¹¹¹ Id., *ibid.*, p. 213.

¹¹² Id., *ibid.*, p. 214.

Como se sabe, os paradigmas sociológicos genericamente designáveis como «holistas» estão associados ao próprio nascimento da sociologia e à respectiva demarcação disciplinar em relação à economia (às explicações em termos do *Homo oeconomicus*) e à psicologia. Todos esses paradigmas partilham algum tipo de concepção de totalidade social e atribuem grande importância, se não mesmo prioridade absoluta, às explicações sociológicas reportadas a essa totalidade. É o que se passa com o organicismo, o funcionalismo, o estrutural-funcionalismo, o estruturalismo, a teoria dos sistemas em sociologia. É o que se passa também com o marxismo. E, apesar da contraposição que autores como Althusser e Poulantzas fazem entre a sua própria concepção de «totalidade estruturada» e a concepção de «totalidade expressiva», que atribuem a Lukacs e a outros, a verdade é que, tanto na generalidade do marxismo como na das correntes sociológicas acima indicadas, a noção de totalidade social aparece intimamente associada à de alguma forma de estruturação interna dessa totalidade. «Todo social estruturado» é uma ideia que partilham Comte, Marx, Durkheim, Mauss, Lukacs, Radcliffe-Brown, Parsons, Lévi-Strauss, Althusser, Bourdieu, Habermas e Giddens.

A estes é costume opor os paradigmas «atomistas», de cunho individualista e psicologista. Estão neste caso a economia política clássica e a economia neoclássica, a sociologia da acção social (Weber), a sociologia fenomenológica (Schutz) e a análise sociológica estratégica (Boudon, Crozier).

Seria talvez desnecessário acrescentar que existe toda a sorte de versões mistas, em que se incluem de facto muitos dos autores dos dois grupos acima referidos, associando algum tipo de referência estrutural e alguma forma de consideração da acção do sujeito individual. Num dos extremos situam-se as formas de estruturalismo radical, que tomam os indivíduos como meras marionetas accionadas pelas estruturas ou que expurgam pura e simplesmente o sujeito da análise sociológica. No outro extremo figura o individualismo radical, que reduz toda a realidade social e toda a explicação sociológica aos indivíduos humanos; «totalidade» ou «estruturas» não têm lugar neste discurso, a não ser como alvos preferenciais da excomunhão teórica.

Estas posições extremas parecem francamente insustentáveis. Como diz João Ferreira de Almeida, «falar de classes sociais é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem e falar de estruturas que delimitam duravelmente o espaço em que esses processos ocorrem»¹¹³. E acrescenta: «Boa parte dos equívocos no diálogo de surdos entre o empirismo subjectivista/idealista e o estruturalismo, um e outro reclamando-se da teoria das classes, residirá na omissão de um dos termos ou na sua análise separada.»¹¹⁴

O problema que aqui se põe é o do processo teórico seguido por Roemer. Em resumo, a questão é que, apesar de a problemática que aborda ser caracteristicamente marxista, utiliza na construção dos modelos uma metodologia individualista.

¹¹³ João Ferreira de Almeida, «Alguns problemas de teoria das classes sociais», in *op. cit.*, p. 232.

¹¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 232.

Adam Przeworski saúda a abordagem de Roemer e apela para um individualismo metodológico na teoria das classes sociais; individualismo metodológico esse que encare as relações sociais como estruturas de escolhas disponíveis para os actores, cujo resultado, por sua vez, é o de reconduzir ou transformar as relações sociais¹¹⁵. Em particular, as classes também já não podem ser tomadas como um dado estático. Também elas são objecto de escolhas, «produtos historicamente contingentes de acções recíprocas»¹¹⁶. É certo que a gama de escolhas acessíveis é limitada e desigual. A classe que cada um escolhe é, em maior ou menor grau, predizível. Mas é diferente a escolha ser vista como um predicado das *condições* (caso em que não se trataria, propriamente falando, duma escolha) ou como um predicado das *acções*¹¹⁷.

Mas não conteria também a abordagem de Marx algo dum individualismo metodológico? É esta a opinião de numerosos autores contemporâneos, desde os que se situam nas correntes marxistas, como John Roemer, Adam Przeworski, G. A. Cohen ou Erik Olin Wright, até a alguns que se opõem fortemente ao marxismo, caso de Raymond Boudon, passando por autores como D. F. B. Tucker, que procuram estabelecer pontes entre marxismo e liberalismo.

São bem conhecidos os elementos do quadro teórico de Marx de cunho «holista/estrutural». O marxismo estruturalista da escola althusseriana levou ao extremo uma concepção daquele quadro teórico enquanto radicalmente exclusivo de qualquer espécie de conceito ou argumento de tipo individualista. Em corroboração desta ideia, são frequentemente invocadas as primeiras páginas, datadas de 1857, dos *Grundrisse*, nas quais Marx se insurge contra as «robinsonadas» do século XVIII, partilhadas por Smith e Ricardo, acrescentando:

«Quanto mais recuamos na história, mais o indivíduo, e portanto também o indivíduo produtor, aparece como dependente, como fazendo parte dum conjunto mais vasto: ainda duma maneira completamente natural na família e na família alargada à tribo; mais tarde, nas várias formas de sociedade comunal nascidas dos choques e das fusões das tribos. Só no século XVIII, na 'sociedade civil', é que as diversas formas de ligação social aparecem ao indivíduo como simples meios de realizar os seus objectivos particulares, como uma necessidade exterior.»¹¹⁸

Não menos referida é a sexta tese sobre Feuerbach, em que Marx, ao criticar o conceito abstracto de indivíduo do materialismo metafísico daquele filósofo, diz:

«Mas a essência humana não é uma abstracção inerente ao indivíduo isolado. Na realidade, ela é o conjunto das relações sociais.»¹¹⁹

Mas estas não impedem todo um outro conjunto de considerações, de Marx e de Engels, que apontam no sentido dum individualismo metodológico. Por exemplo, em *A Ideologia Alemã* pode ler-se:

«A divisão do trabalho implica ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse colectivo

¹¹⁵ Adam Przeworski, «The Ethical Materialism of John Roemer», in *op. cit.*, pp. 312-313.

¹¹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 311.

¹¹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 311.

¹¹⁸ Karl Marx, *Grundrisse*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981, p. 84.

¹¹⁹ *Id.*, «Thèses sur Feuerbach», in Karl Marx e Friedrich Engels, *Études philosophiques*, Paris, Éditions Sociales, 1968, p. 63.

de todos os indivíduos que estão em relação entre si; e, o que é mais, esse interesse colectivo não existe somente, digamos, na representação, enquanto 'interesse universal', mas em primeiro lugar na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais se partilha o trabalho.»¹²⁰

Ou então a proposição lapidar da terceira tese sobre Feuerbach:

«A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, que, por consequência, os homens transformados sejam produtos doutras circunstâncias e duma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o educador tem ele próprio necessidade de ser educado.»¹²¹

Não é este o lugar de multiplicar as citações. Um exame sistemático, embora certamente discutível, dos textos de *Marx*, orientado precisamente no sentido de aí inventariar a vertente individualista do respectivo quadro teórico, pode encontrar-se em *Marx*, de Michel Henry¹²². A reconstrução do materialismo histórico, proposta por G. A. Cohen, enquanto formalização explícita dos principais pontos de partida e da lógica argumentativa implícitos na obra de Marx, realça nesta o pressuposto da racionalidade instrumental individual num contexto de escassez relativa¹²³. Há certamente diferenças importantes em relação ao individualismo radical e a-histórico dos economistas clássicos, nomeadamente na medida em que os indivíduos são localizados em classes. No entanto, em Cohen, os interesses de classe (interesses não só, genericamente, no desenvolvimento das forças produtivas, mas também na manutenção ou na transformação das relações sociais vigentes) acabam por poder conceber-se em termos de interesses dos indivíduos que estão colocados em situação idêntica na estrutura das relações sociais.

Opinião semelhante, embora mais cautelosa, acerca do individualismo metodológico em Marx é expressa por Andrew Levine e Erik O. Wright:

«Que a forma como Marx dá conta dos interesses individuais e de classe e as considerações que faz acerca da motivação revolucionária supõem, com efeito, uma visão da razão prática como puramente instrumental, é digno de nota e talvez prejudicial.»¹²⁴

Dizem também estes autores:

«A formulação clássica do materialismo histórico, embora discutivelmente corroborada pelos 'factos' da história concreta, é defendida, como Cohen demonstra, por uma extensa experiência intelectual, na qual os contornos gerais da história humana são derivados, como nos economistas clássicos, a partir duma consideração logicamente prévia acerca da racionalidade individual (instrumental) e das capacidades dos indivíduos para realizarem os seus fins num meio de (relativa) escassez.»¹²⁵

¹²⁰ Karl Marx e Friedrich Engels, *L'Idéologie Allemande*, Paris, Éditions Sociales, 1972, p. 66.

¹²¹ Id., «Thèses sur Feuerbach», in Karl Marx e Friedrich Engels, *Études philosophiques*, cit., p. 62.

¹²² Michel Henry, *Marx*, Paris, Gallimard, 1976, 2 vols.

¹²³ G. A. Cohen, *op. cit.*

¹²⁴ Andrew Levine e Erik Olin Wright, «Rationality and Class Struggle», in *New Left Review*, n.º 123, 1980, p. 58.

¹²⁵ Id., *ibid.*, p. 57.

A estas considerações poderíamos juntar passagens de F. Engels como as seguintes:

«Somos nós mesmos que fazemos a nossa história, mas, desde logo, com premissas e em condições bem determinadas. [...] Mas, em segundo lugar, a história faz-se de tal modo que o resultado final se desprende sempre dos conflitos dum grande número de vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é feita tal como é a partir duma multidão de condições particulares de existência; há pois aí inumeráveis forças que se contrapõem mutuamente, um grupo infinito de paralelogramos de forças, donde se desprende uma resultante, o acontecimento histórico, que pode ser ele próprio olhado, por sua vez, como o produto duma força agindo como um todo, de maneira *inconsciente* e cega. Pois o que cada indivíduo quer é contrariado por cada um dos outros e o que daí resulta é qualquer coisa que ninguém quis. É assim que a história até aos nossos dias se desenrola à maneira dum processo da natureza e está submetida também, em substância, às mesmas leis do movimento que ela. Mas de que as diversas vontades — em que cada uma quer aquilo para que a empurram a sua constituição física e as circunstâncias exteriores, económicas em última instância (as suas próprias circunstâncias pessoais ou as circunstâncias sociais gerais) — não alcancem o que querem, mas se fundam numa média geral, numa resultante comum, não temos o direito de concluir que elas são iguais a zero. Pelo contrário, cada uma contribui para a resultante e, a esse título, está incluída nela.»¹²⁶

Argumentação semelhante poderia encontrar-se noutros textos¹²⁷. O modelo utilizado é o que, por exemplo, Robert Merton ou Raymond Boudon retomam quando analisam, respectivamente, as «consequências inesperadas» ou os «efeitos perversos» da acção social¹²⁸. É também Boudon quem integra esta vertente do quadro teórico de Marx e Engels, sob a designação de «paradigma marxiano», na família dos paradigmas interaccionistas (onde também inclui os paradigmas toquevilliano, mertoniano e weberiano), por contraposição aos paradigmas deterministas, onde aliás se incluíam outros aspectos do marxismo¹²⁹.

É também com argumentos como os que temos vindo a enunciar que D. F. B. Tucker defende que Marx, ao utilizar uma forma de análise estratégica, partilha uma abordagem sociológica que se pode classificar como individualismo metodológico¹³⁰. Tucker acentua que é necessário distinguir entre individualismo metodológico, individualismo ético e individualismo ontológico, sendo de opinião que Marx se pode inscrever nos dois primeiros, mas não no último. Deixando a questão do individualismo ético por agora, é importante esclarecer, com Tucker, a confusão frequente

¹²⁶ Friedrich Engels, «Engels à Joseph Bloch», in Karl Marx e Friedrich Engels, *Études philosophiques*, cit., pp. 154-156.

¹²⁷ Veja-se, por exemplo, Friedrich Engels, «Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã», in Karl Marx e Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã e Outros Textos Filosóficos*, Lisboa, Estampa, 1975.

¹²⁸ Robert K. Merton, «As consequências não antecipadas da acção social», in Robert K. Merton, *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (ed. orig., 1976), e «A profecia que se cumpre a si mesma», in Robert K. Merton, *Sociologia — Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (ed. original, 1949, 1968); Raymond Boudon, *Effets pervers et ordre social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (ed. orig., 1977).

¹²⁹ Raymond Boudon, *op. cit.*, pp. 187-252.

¹³⁰ D. F. B. Tucker, *Marxismo e Individualismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, (ed. orig., 1980).

entre individualismo metodológico e individualismo ontológico. Este último, segundo o autor, é «o modo de ver segundo o qual só pessoas e coisas naturais existem em sentido pleno»¹³¹ e rejeita a consideração de factos sociais com estatuto ontológico próprio. Não é esta a posição de Marx nem a de Tucker — nem ainda, de acordo com este último, a de muitos individualistas metodológicos. O individualismo metodológico não se coloca neste plano, «é uma doutrina sobre a forma especial que as explicações sociológicas devem assumir»¹³². Aliás, a análise estratégica, que é, diz Tucker, a abordagem mais característica do individualismo metodológico, «baseia-se na ideia de que podemos identificar estruturas socialmente importantes: aquelas nas quais as acções dos agentes, que podem ser motivados por interesses puramente privados (a função manifesta), produzem resultados perfeitamente inintencionais (a função latente)»¹³³.

Desembocamos assim, mais uma vez, na questão dos interesses. Resumamos o pensamento de Tucker. A crítica de Marx ao individualismo dos economistas clássicos (às «robinsonadas») não se dirigia nem ao método de análise estratégica nem à ideia de que as pessoas são agentes racionais que procuram determinados fins. Dirigia-se sim aos pressupostos específicos do iluminismo e do liberalismo dos séculos XVIII e XIX, que projectavam nos seus modelos de indivíduo, atribuindo-lhes características de universalidade a-histórica, os atributos particulares dos proprietários burgueses. Se é então verdade Marx considerar que os indivíduos são o que são pelas circunstâncias em que vivem e que, mudando as circunstâncias, os indivíduos mudam, sendo então os factores motivacionais e culturais concretos equacionáveis como variáveis dependentes, ou, dito doutro modo, se Marx admite que, em circunstâncias semelhantes, os indivíduos procederão de modos aproximados — então a origem das diferenças só pode ser encontrada nas circunstâncias alteradas, e não no implícito modelo de indivíduo concebido como denominador comum de características residuais (abstractas). O que há de comum são determinadas potencialidades e, portanto, determinadas necessidades a satisfazer para realizar aquelas potencialidades. Deste modo, há, ou pode haver, uma distinção entre o que as pessoas momentaneamente desejam e aquilo de que elas necessitam, neste sentido do termo. Sendo assim, a análise sociológica a privilegiar não é a que se ocupa das motivações ou interesses subjectivos, mas a que se debruça sobre os interesses objectivos inscritos na situação estruturada (causalmente imputáveis, como diz Lukacs, pelo método da possibilidade objectiva). Os processos sociais relevantes são consequências não intencionais de comportamentos individuais; a possibilidade de dar conta desses processos é recorrer ao conceito de interesses objectivos. É, segundo Tucker, o que faz Marx e (o por outro lado ferozmente holista) Lukacs. É também o que fazem os economistas clássicos e neoclássicos, bem como os sociólogos que praticam a análise estratégica. É ainda, acrescentaríamos nós, o procedimento seguido por Weber quando, na construção dos tipos ideais, utiliza o pressuposto do actor racional.

É claro que muita coisa fica em aberto na discussão anterior entre holismo e individualismo. Pelos interstícios é frequente infiltrar-se uma outra questão, enredando-se as duas de tal maneira que só a solução de

¹³¹ D. F. B. Tucker, *Marxismo [...]*, p. 59.

¹³² Id., *ibid.*, mesma página.

¹³³ Id., *ibid.*, mesma página.

Alexandre para o nó górdio parece possível. Vimos que, para Tucker, Marx deve ser interpretado como «individualista cômico do facto de as pessoas estarem sempre situadas dentro de estruturas históricas específicas que determinam as opções estratégicas que estão ao seu dispor»¹³⁴. Vimos que é esta também a posição de John Roemer na construção dos seus modelos de análise das classes e da exploração. A outra questão que aqui se insinua é, para utilizar as palavras de Marshall Sahlins, a do confronto entre cultura e razão prática na explicação sociológica¹³⁵. Prolongando o debate que, por exemplo na antropologia económica, ficou conhecido como o confronto entre «substantivismo» e «formalismo», Sahlins compara o marxismo com os principais paradigmas da antropologia. Em resumo, pensa que o pensamento marxista assenta, tal como o pensamento liberal, num racionalismo utilitarista. À razão prática (utilitarista) contrapõe a razão cultural (da ordem do significado e do simbólico), afirmando que é a própria cultura, a variedade cultural, que produz «necessidades», «utilidades», «racionalidades», as quais são sempre, portanto, culturalmente constituídas e culturalmente relativas. O paradigma das necessidades-meios-fins e a noção de natureza humana a ele associada (em Bentham ou em Marx) é uma metáfora da sociedade capitalista. Não nos podemos contentar com a ideia de que as culturas são utilidades fetichizadas.

Ora é precisamente o contrário que Tucker defende, em nome do individualismo de Karl Marx e de Mancur Olson¹³⁶ e em oposição à importância atribuída aos valores, à cultura e à socialização por várias posições holistas, ilustradas através do exemplo de Parsons. É a cultura, ela própria, que deve ser explicada pelos interesses. Nesse caso, estes não podem ser tomados como variáveis dependentes, até porque os individualistas sustentam que «a socialização não produz uma transformação tão radical nas pessoas a ponto de não restarem quaisquer características gerais da natureza humana»¹³⁷.

Como se vê, Tucker estabelece indevidamente uma associação sistemática e necessária entre holismo e culturalismo, por um lado, e individualismo metodológico (na versão moderada) e racionalismo utilitarista, por outro. Sem prolongarmos mais esta discussão, o que interessará assinalar é que Sahlins e Tucker são exemplos duma acentuação extremada, unilateral, do binómio «cultura e razão prática». Na explicação sociológica em geral e na análise das classes em particular, essa unilateralidade é empobrecedora. Um campo em que esta dualidade de factores se propaga à sociologia das classes é o do estudo das bases da acção colectiva. Atribui-se preponderância a dimensões comunitárias e a fenómenos de identidade, ou, alternativamente, à organização associativa de interesses na constituição das classes em forças sociais. Naturalmente que ambos os mecanismos estão presentes na formação das classes, ambos são modalidades de capacidades de classe (na terminologia de Wright), havendo normalmente interferências recíprocas entre um e outro, cabendo à pesquisa empírica determinar, em cada situação, o peso respectivo de cada um e as formas concretamente assumidas pela respectiva articulação.

¹³⁴ D. F. B. Tucker, *Marxismo [...]*, p. 123.

¹³⁵ Marshall Sahlins, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (ed. orig., 1976).

¹³⁶ Mancur Olson, *The Logic of Collective Action — Public Goods and the Theory of Groups*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1965.

¹³⁷ D. F. B. Tucker, *op. cit.*, p. 27.

Do quadro teórico de Pierre Bourdieu pode retirar-se uma concepção da articulação entre cultura e interesses na análise das classes¹³⁸. Não é só a cultura que é vista como constituindo uma das espécies de capital parcialmente convertível noutras e vice-versa, a um tempo, portanto, condição estrutural e alvo de estratégias (geradora e objecto de interesses). É também a proposta duma teoria explícita e elaborada da incorporação das condições estruturais de existência em sistemas estruturados de disposições (*habitus*), matrizes estruturantes de práticas sociais e de sistemas de classificações, gostos e aspirações.

Deste modo, os interesses resultam culturalmente configurados e, por sua vez, a cultura, nas formas em que é interiorizada, decorre da estrutura das relações sociais. Neste sentido, a proposta teórica de Bourdieu parece francamente superior à combinação dum relacionamento não mediatizado entre estruturas sociais e interesses objectivos de classe, com uma concepção implícita de racionalidade utilitária de grande parte da teoria marxista (por exemplo, Poulantzas). Parece igualmente superior à combinação dum relacionamento igualmente não mediatizado entre condições situacionais e interesses objectivos individuais, com um modelo explícito de actor racional utilitário, da tradição liberal e da análise estratégica (por exemplo, Boudon).

O problema que se põe ao quadro teórico de Bourdieu é a sua concepção da estrutura social como analiticamente decomponível numa série de «campos», entendidos como espaços de concorrência. Cada campo é um palco de luta, ou um terreno de jogo, entre actores portadores de interesses específicos determinados por e orientados para a distribuição e a redistribuição do tipo específico de recursos escassos que constituem aquele campo. Cada campo é «um caso particular de concorrência por bens e práticas raras»¹³⁹ e «a sociologia não pode privar-se do axioma do interesse»¹⁴⁰, entendido este como um investimento específico em relação àqueles bens e práticas raras, interesse «que é ao mesmo tempo a condição e o produto da pertença a um campo»¹⁴¹.

Perante isto, a opinião de Alain Caillé¹⁴² é que a posição de Bourdieu acaba por não ser tão diferente como isso da de Boudon ou Crozier¹⁴³. Os quadros teóricos de todos estes autores assentam numa mesma «axiomática do interesse». É certo que Pierre Bourdieu rejeita vigorosamente o subjectivismo utilitarista («o grau zero da sociologia», nas suas palavras). Os interesses de que trata são, antes de mais, interesses inconscientes, ou interesses objectivos, inscritos no encontro entre *habitus* e campos. Mas, precisamente a este título, sofrem de todas as dificuldades, que não vamos aqui repisar, inerentes às noções de interesses objectivos. Uma diferença entre Bourdieu e os outros dois autores é que explica os próprios interesses subjectivos (aspirações) pelos interesses objectivos, em vez de se limitar a verificar-lhes uma eventual descoincidência; é o processo de interiorização que leva do necessário, ou objectivamente possível, ao subjectivamente

¹³⁸ Pierre Bourdieu, *op. cit.*

¹³⁹ Id., *ibid.*, p. 110.

¹⁴⁰ Id., *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit, 1980, p. 119.

¹⁴¹ Id., *ibid.*, p. 119.

¹⁴² Alain Caillé, «La sociologie de l'intérêt est-elle intéressante? (à propos de l'utilisation du paradigme économique en sociologie)», in *Sociologie du Travail*, n.º 3, 1981.

¹⁴³ Raymond Boudon, *op. cit.*; Michel Crozier e Erhard Friedberg, *op. cit.*

desejado, desencadeando o mecanismo da «causalidade do provável»¹⁴⁴. Outra diferença consiste em que Bourdieu leva, por assim dizer, até às últimas consequências a axiomática do interesse, estendendo-a muito para além do domínio estreito dos meros interesses materiais, de modo a nela incluir todo o domínio das práticas sociais, incluindo as práticas simbólicas. O próprio «desinteresse» é analisado, na sequência de Mauss¹⁴⁵, como interessado, ou interesseiro.

Resta então uma questão difícil que Alain Caillé não analisa. É que, a um nível de teorização, o conceito de interesse que Bourdieu utiliza é substancialmente diferente do de autores como Boudon. Antes de mais, é visto como um interesse de classe, decorrente dum lugar particular na estrutura das relações sociais, veiculado pelo *habitus* e concretamente actualizado na prática social, em vez dum interesse meramente formal dum indivíduo abstracto. Mas, a um nível de teorização subjacente, a lógica estruturadora dos campos de práticas, e, portanto, a lógica que preside à própria estrutura das relações sociais, é, como vimos acima, pensada segundo o modelo do mercado concorrencial onde se afrontam os interesses maximizadores, só que segundo uma racionalidade concorrencial utilitarista ampliada a todas as esferas da prática social.

A questão não fica resolvida pela denúncia que Pierre Bourdieu faz do subjectivismo. Esse é um outro assunto. A economia neoclássica ou a sociologia estratégica não se confundem com as sociologias fenomenológicas ou compreensivas. Quando procedem à construção de modelos, não são as intenções ou sentidos subjectivos empíricos que lhes interessam, mas sim o recurso a um modelo abstracto de actor utilitarista a que imputam interesses. Estes não são, portanto, interesses empíricos, subjectivos, mas construções teóricas abstractas elaboradas a partir de postulados, ou seja, «interesses objectivos». Por vezes, os autores que partilham alguma versão desta concepção completam-na com uma teoria psicológica dos fundamentos do comportamento irracional (Pareto) ou com uma sociologia empírica dos afastamentos em relação à racionalidade ideal-típica do modelo (Weber).

Se a capacidade sociológica de Pierre Bourdieu é frequentemente superior à dos sociólogos da análise estratégica, é em boa parte porque, ao contrário destes últimos, o elemento de teorização que tem por base os modelos do mercado concorrencial e do agente utilitarista imprime na sua obra uma marca muito mais ténue do que todo um outro corpo de conceitos e análises. O que não impede que um efeito importante seja produzido pelo modelo subjacente. Resumidamente, consiste na dificuldade em equacionar a possibilidade de interesses ou de objectivos alternativos e mesmo contraditórios por parte dum mesmo indivíduo ou classe social. A concepção do leque de possibilidades gira como um vórtice em torno da noção de interesse maximizador no espaço concorrencial. Essa gama de possibilidades esgota-se assim no «conjunto de práticas muito diferentes, em termos fenomenais, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente ou conscientemente, a conservar ou a aumentar o seu património e, correlati-

¹⁴⁴ Pierre Bourdieu, «Avenir de classe et causalité du probable», in *Revue Française de Sociologie*, vol. xv, n.º 1, 1974.

¹⁴⁵ Marcel Mauss, «Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas», in Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, 2 vols., São Paulo, EPU/EDUSP, 1974 (ed. orig., 1960).

vamente, a manter ou a melhorar a sua posição na estrutura das relações de classe»¹⁴⁶. Ou seja, só há espaço para pensar a reprodução.

Diversos autores têm criticado a Pierre Bourdieu a excessiva acentuação do enfoque na reprodução e a incapacidade de o seu quadro teórico dar margem para pensar a alternativa contraditória e a ruptura, a mudança em sentido forte¹⁴⁷. Não o têm feito porém da maneira acima, alicerçando em vez disso a discordância na crítica à alegada circularidade determinista do conceito de *habitus* e ao excessivo menosprezo, de raiz estruturalista, das dimensões mais conscientes da subjectividade. Neste último aspecto, a proposta de Anthony Giddens acerca da vantagem de levar em conta não só o *inconsciente*, mas também a *consciência prática* e a *consciência discursiva* dos actores sociais¹⁴⁸, e a proposta de Gilberto Velho de articular o conceito de *trajectória* (no sentido de Bourdieu) com o de *projecto*¹⁴⁹ parecem contributos importantes. A crítica ao conceito de *habitus* parece-nos equivocada. Não é no conceito de sistemas de disposições incorporadas, na análise dos processos de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade, já tratada por Sartre¹⁵⁰, que se origina o enviesamento da excessiva centragem na reprodução, mas, cremos, no modelo dos mercados concorrenciais (alargados) onde se defrontam agentes utilitaristas (igualmente em sentido alargado).

Estas limitações podem em parte ser superadas pelas teorias que concebem a possibilidade da coexistência e sobreposição de vários tipos de interesses irredutíveis a um mesmo modelo simples. Uma delas, talvez um tanto esquemática, mas que evidencia, em todo o caso, dois tipos de interesses que obedecem a lógicas não confundíveis, é precisamente a da distinção entre interesses imediatos e interesses objectivos de classe. Segundo Erik O. Wright, «os interesses imediatos de classe são interesses no interior duma dada estrutura de relações sociais; os interesses fundamentais centram-se nos interesses que põem em questão a própria estrutura das relações sociais»¹⁵¹. Ou seja, «os interesses imediatos são interesses definidos dentro dum dado modo de produção (isto é, interesses que tomam o modo de produção como um dado), enquanto os interesses fundamentais são definidos entre modos de produção (isto é, põem em questão o próprio modo de produção)»¹⁵². Ainda segundo Wright, os dois não existem separados um do outro, mas em formas empiricamente variáveis de articulação complementar e contraditória.

Os interesses imediatos, na sociedade capitalista, são largamente definidos no e pelo mercado. E, no capitalismo, a lógica do mercado propaga-se a muitas outras esferas da actividade social. Mas transformar um tipo de

¹⁴⁶ Pierre Bourdieu, *La Distinction* [...], p. 145.

¹⁴⁷ Veja-se, por exemplo, Michel de Certeau, *L'invention du quotidien — Arts de faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980; Michel Pinçon, Francis Godard et al., *Approches sociologiques des modes de vie*, DGRST, 1981; Jacques Rancière et al., *L'empire du sociologique*, Paris, La Découverte, 1984.

¹⁴⁸ Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory — Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, cit., nomeadamente pp. 5, 25 e 40; id., *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, cit., por exemplo, p. 27; id., *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984, pp. 5-14.

¹⁴⁹ Gilberto Velho, *Individualismo e Cultura — Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 105-109.

¹⁵⁰ Jean-Paul Sartre, *Questions de méthode*, Paris, Gallimard, 1960, pp. 51-118.

¹⁵¹ Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., p. 89.

¹⁵² Id., *ibid.*, pp. 89-90.

lógica empiricamente atribuível a determinados campos de práticas numa certa sociedade num modelo universal abstracto é uma reedição das iluministas e liberais transformações a-históricas de características específicas da sociedade capitalista em propriedades universais e intemporais, forma de pensamento não sociológico exemplarmente criticado por Marx. Ou então é confundir modelos teóricos abstractos destinados à experimentação conjectural com teorias substantivas do social. Será importante notar que, com tudo o que contém de melindroso neste aspecto, as análises de John Roemer parecem não sofrer daquela confusão, delimitando de forma bastante rigorosa o âmbito de pertinência próprio dos modelos.

Uma tipologia de interesses com fundamentos diferenciados entre si é desenvolvida por Claus Offe e Helmut Wessenthal a propósito da lógica da acção colectiva de classe¹⁵³. Procurando resolver questões colocadas pela teoria de Mancur Olson sobre a lógica da acção colectiva, e, em particular, pelo teorema de que, a menos que o grupo seja muito pequeno ou que sejam utilizados dispositivos específicos de coacção, «os indivíduos racionais e orientados para o interesse próprio não agirão para realizar os seus interesses comuns ou de grupo»¹⁵⁴, Offe e Wessenthal distinguem as formas de organização e de acção colectiva «monológicas» das «dialógicas». O que caracteriza as segundas é que, para superarem os custos da acção colectiva, não se limitam (embora também os incluam) a agregar interesses individuais («monológicos»), mas desenvolvem uma identidade colectiva, portadora de interesses doutro tipo, envolvendo a alteração das relações sociais. Na medida em que consigam redefinir a identidade colectiva dos seus membros de modo que mudem também os padrões de avaliação dos custos da acção colectiva, deflacionando-os, as formas dialógicas de associação podem transcender o modo de acção colectiva utilitarista; ou, como dizem estes autores, nas classes relativamente desprovidas de poder, a lógica da acção colectiva implica «o paradoxo de que os interesses só podem ser alcançados na medida em que sejam parcialmente redefinidos»¹⁵⁵.

O aprofundamento destas questões pode ainda fazer-se recorrendo a duas séries de conceitos. Por um lado, pela aplicação às classes sociais e às lutas de classes da elaboração que Habermas faz do conceito de identidade colectiva. Da teorização deste autor pode retirar-se a ideia de que os actores sociais se vêem envolvidos não numa só, mas numa pluralidade de identidades colectivas, constituídas a partir de vários grupos de pertença e de referência, uns concêntricos, outros não, pluralidade essa animada de tendências conflituais e integrativas, bem como de dinâmicas de transformação¹⁵⁶; pluralidade de identidades colectivas que significam, portanto, sobreposição complexa, em cada actor, numa multiplicidade de interesses, com referências e alcances distintos.

Por causa de todos os equívocos de que está carregado, Benton¹⁵⁷ prefere, em vez de «interesses», o termo «objectivos», entendendo-os como inerentes às práticas sociais e revelados pelo conteúdo simbólico destas (e

¹⁵³ Claus Offe e Helmut Wessenthal, «Two Logics of Collective Action: Theoretical Notes on Social Class and Organizational Form», in M. Zeitlin (ed.), *Political Power and Social Theory*, vol. 1, Greenwich (Connecticut), JAI Press, 1980.

¹⁵⁴ Mancur Olson, *op. cit.*, p. 2.

¹⁵⁵ Claus Offe e Helmut Wessenthal, *op. cit.*, p. 79.

¹⁵⁶ Jürgen Habermas, *op. cit.*, em particular, «Materialismo histórico y desarrollo de las estructuras normativas», pp. 9-44.

¹⁵⁷ Ted Benton, *op. cit.*

não só pelo discurso dos actores). Em sociedade, cada actor ou categoria de actores não tem um só, mas diversos objectivos possíveis, ligados à variedade de identidades colectivas sobreponíveis ou alternativamente colocáveis. A conceptualização das relações sociais capitalistas como inerentemente contraditórias implica «a ideia de que os processos pelos quais as relações sociais capitalistas são reproduzidas produzem simultaneamente tendências para a não reprodução e a dissolução desse mesmo sistema de relações»¹⁵⁸. Daqui a possibilidade de objectivos alternativos e o facto de uma parte importante da luta de classes consistir em tentar-se persuadir outros de que os seus «interesses verdadeiros» são uns, e não outros, ou seja, em advogar mudanças de identidade, em procurar induzir orientações preferenciais, não para umas, mas para outras identidades colectivas. O que é, por sua vez, propiciador de formas de organização e de acção colectiva. As condições de possibilidade da adopção das identidades estão no enraizamento destas últimas em pelo menos alguns aspectos das circunstâncias e experiências de vida de cada categoria social de indivíduos. Em resumo, diz Benton:

«Esses padrões de identificações, lealdades e localizações de interesses, efectiva ou potencialmente cruzados, interligados ou conflituais, são a matéria-prima que, na vida quotidiana, fornece as bases para todo o tipo de utilizações persuasórias do conceito de interesses. Tentar persuadir alguém de que um certo curso de acção, em vez dum outro qualquer, é do seu interesse significa tomar parte na constituição e/ou reconstituição da sua identidade social e pessoal.»¹⁵⁹.

A outra série de conceitos, que aliás se articula com a anterior, é a que teoriza os quadros sociais de interacção entre indivíduos e grupos, quadros esses onde se fazem, desfazem e refazem as identidades pessoais e colectivas, os interesses e as estratégias, as forças sociais. Os mercados são aqui casos particulares importantes, mas de modo algum os únicos. Podendo pois conceber-se como palcos estruturados das práticas sociais, e em particular das práticas de classe, estes quadros sociais de interacção são, por seu turno, alvo de permanentes reajustamentos, bem como de eventuais reformulações mais drásticas da respectiva estrutura, pela própria acção dos protagonistas individuais e colectivos. Levar-nos-ia para demasiado longe do nosso tema discutir mais aqui o âmbito, dimensões, vectores de estruturação, lógicas de funcionamento, dinâmicas de reprodução e de transformação dos quadros sociais de interacção. Contributos para esta teorização, embora parcialmente divergentes, são as análises que John Urry faz do que designa por «sociedade civil», as que Jürgen Habermas e Juan Mozzicafreddo desenvolvem sobre o conceito de «espaço público», as de Anthony Giddens sobre os «locais de interacção em situações de co-presença», as de Anthony Leeds sobre os «fenómenos de localidade» e as nossas próprias sobre «quadros de interacção»¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Ted Benton, *op. cit.*, p. 173.

¹⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 181.

¹⁶⁰ John Urry, *op. cit.*; Jürgen Habermas, *L'espace public*, Paris, Payot, 1978 (ed. orig., 1962); Juan Mozzicafreddo, «A questão do estado no processo político português, 1974-1976», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, 1984; Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, cit.; Anthony Leeds, «Locality Power in Relation to Supralocal Power Institutions», in Aidan Southall, *Urban Anthropology*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973; e António Firmino da Costa, «Alfama: entreposto de mobilidade social», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, 1984.

Um último conjunto de questões sugeridas pelo trabalho de John Roemer prende-se com as diferentes interpretações dadas à teoria marxista dos processos históricos de mudança. Simplificando, o debate clássico tem-se centrado no problema de saber se o «motor da história» é o desenvolvimento das forças produtivas ou a luta de classes. Associadamente, coloca-se o problema de atribuir prioridade conceptual, na explicação do social, às forças produtivas ou às relações de produção.

Como se sabe, os textos de Marx prestam-se a estas diferentes interpretações. Alguns dos intérpretes têm extremado as alternativas. Outros têm procurado que o estabelecimento duma prioridade simples seja substituído por concepções de causalidade estrutural complexamente articulada, onde a importância dos efeitos recíprocos relativiza, sem a anular, a polaridade das alternativas. É o que faz Erik Olin Wright ao desenvolver a proposta de seis modos básicos de determinação (limitação estrutural, selecção, reprodução/não reprodução, limites de compatibilidade funcional, transformação, mediação), combinados em modelos de determinação¹⁶¹.

A partir sobretudo dos anos 60, todo um conjunto de autores se vai contrapor ao determinismo economicista e ao evolucionismo até então prevalentes no materialismo histórico. É claro que já Lukacs, Gramsci, Lefebvre, Sartre e a escola de Francoforte se tinham distanciado daquelas posições. Mas é a renovação teórica produzida por Althusser, Balibar, Rancière, Poulantzas, entre outros, que explicita conceptualmente, de forma elaborada, que o conceito de relações de produção tem prioridade explicativa sobre o de forças produtivas, que o conceito de divisão social do trabalho é igualmente preponderante sobre o de divisão técnica do trabalho e que a leitura adequada do processo histórico não é a dum evolucionismo assente num tido por conceptualmente primeiro desenvolvimento das forças produtivas, mas a de que o seu principal vector dinâmico é o da luta de classes¹⁶².

Na obra de Marx, a textos como os do «Prefácio de 1859» da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*¹⁶³, onde o desenvolvimento das forças produtivas pode ser lido como constituindo um elemento autónomo, irredutível, em última análise, a qualquer outra determinação social, e onde a luta de classes é um conceito ausente, é possível contrapor análises como as que, em *O Capital*¹⁶⁴, Marx faz do processo de acumulação primitiva¹⁶⁵ ou da passagem da cooperação simples à manufactura e desta à fábrica de máquinas automáticas da grande indústria, ou da mais-valia absoluta à mais-valia relativa¹⁶⁶, ou ainda da hegemonia das modalidades de subordinação formal às modalidades de subordinação real do

¹⁶¹ Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., pp. 15-29.

¹⁶² Veja-se, por exemplo, Louis Althusser, *A favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (ed. orig., 1965); Louis Althusser, Jacques Rancière, Pierre Macherey, Étienne Balibar, Roger Estabiet, *Ler o Capital*, 2 vols., Rio de Janeiro, Zahar, 1980 (ed. orig., 1968); Nicos Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista*, Lisboa, Dinalivro, 1977 (ed. orig., 1968).

¹⁶³ Karl Marx, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Lisboa, Estampa, 1975.

¹⁶⁴ Id., *Le Capital*, cit.

¹⁶⁵ Id., *ibid.*, em particular liv. 1, 8.ª secção, pp. 517-566.

¹⁶⁶ Id., *ibid.*, nomeadamente as 3.ª, 4.ª e 5.ª secções, pp. 136-380.

trabalho ao capital¹⁶⁷, análises estas em que as transformações tecnológicas e organizacionais da indústria aparecem implícita e explicitamente como decorrentes da lógica das relações de produção e dos processos da luta de classes¹⁶⁸.

Esta última concepção é a que foi adoptada pelos autores acima referidos. É ela que tem estado presente nas principais propostas teóricas marxistas que dos anos 60 para cá se têm ocupado das classes sociais.

Acontece que, nos últimos anos, esta questão voltou a ser colocada no centro das atenções por uma série de estudos concebidos como reavaliações do materialismo histórico e pelos debates que têm suscitado. Entre eles contam-se trabalhos como os de G. A. Cohen¹⁶⁹, William H. Shaw¹⁷⁰ e, de certa maneira, John Roemer. O que os dois primeiros tentam fazer é uma exposição clara e rigorosamente formalizada do materialismo histórico. Argumentam que, assim, as principais proposições de Marx, tantas vezes retomadas através duma retórica obscura, poderão ser devidamente avaliadas. Para ambos, a teoria da história que Marx concebeu tem como traço distintivo o primado atribuído ao desenvolvimento das forças produtivas na explicação das relações de produção e do processo histórico. Defendem explicitamente que o materialismo histórico é um determinismo tecnológico.

Num balanço das propostas de Cohen feito por Andrew Levine e Erik Olin Wright, a designada «tese do primado das forças produtivas» é decomposta noutras cinco teses que os autores examinam e criticam. São a «tese da compatibilidade» (um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas só é compatível com uma gama limitada de relações de produção), a «tese do desenvolvimento» (das forças produtivas tendem a desenvolver-se ao longo da história), a «tese da contradição» (dadas as primeiras teses, as forças produtivas, com o tempo, desenvolver-se-ão até um ponto em que deixam de ser compatíveis com as relações de produção nas quais previamente se desenvolveram), a «tese da transformação» (quando as forças produtivas e as relações de produção se tornam incompatíveis, as relações mudam de tal modo que a compatibilidade entre forças e relações de produção é restaurada) e a «tese da optimização» (quando um conjunto de relações de produção se torna um entrave a um maior desenvolvimento das forças produtivas e é por isso transformado, é substituído por relações de produção que são funcionalmente óptimas para um maior desenvolvimento das forças produtivas)¹⁷¹.

Não vamos aqui desenvolver toda a discussão de Levine e Wright. O ponto-chave está na tese do desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que é aquela que contém um argumento que não apela para as outras teses, um tipo de explicação com fundamento exterior ao articulado causal das teses entre si. Segundo Cohen, os seres humanos são indivíduos racionais com necessidades e aspirações e que, enquanto tais, se orientam para conseguir obter e utilizar meios que as satisfaçam. Em condições de escassez relativa, em que a maioria das necessidades e aspirações não podem ser

¹⁶⁷ Karl Marx, *Un chapitre inédit du Capital*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1971.

¹⁶⁸ Para um exame comparativo de textos de Marx acerca deste assunto veja-se A. D. Magaline, *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*, Lisboa, Moraes, 1977 (ed. orig., 1975).

¹⁶⁹ G. A. Cohen, *op. cit.*

¹⁷⁰ William H. Shaw, *op. cit.*

¹⁷¹ Andrew Levine e Erik Olin Wright, *op. cit.*

satisfeitas sem esforço nem imediatamente, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se uma «aspiração compulsiva». Daí, e apesar de contrafactores, verificar-se a tendência para o progressivo e continuado desenvolvimento das forças produtivas. Daí também a tendência para a cumulatividade deste processo, uma vez que os actores racionais, tendo melhorado a sua situação, não se disporão facilmente a consentir numa regressão a estádios de menor desenvolvimento das forças produtivas¹⁷².

A crítica de Levine e Wright consiste basicamente, por um lado, em salientar que as noções de «racionalidade» e «escassez» não são trans-históricas, mas específicas de cada sociedade e de cada classe social, e que, por conseguinte, «contrariamente ao que Cohen mantém, as relações de produção condicionam o desenvolvimento das forças produtivas, não porque permitam uma tradução duma racionalidade universal em 'momentos' historicamente específicos, mas em virtude da imposição de racionalidades e de formas de escassez específicas de classe»¹⁷³. A mesma crítica se pode fazer à noção de «interesse» tal como Cohen a utiliza. A reconstrução que Cohen faz do materialismo histórico clássico parte da suposição da racionalidade instrumental dos indivíduos e da respectiva capacidade de procurar a obtenção dos seus fins em contextos de escassez relativa, concluindo que os indivíduos têm interesse no desenvolvimento das forças produtivas. Mais, é esse, por excelência, o seu interesse, é esse o principal interesse humano; e é sob a acção dele que a história segue o seu curso.

Por outro lado, para Levine e Wright é inaceitável a suposição de Cohen de que os interesses se possam traduzir autonomamente em práticas sociais de classe. É necessário ter em conta as capacidades de classe. Cohen (bem como Marx) trata o problema das capacidades de classe como inteiramente subordinado ao dos interesses de classe. Aqueles decorreriam directamente destes e ambos, portanto, do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Levine e Wright insistem em que «não há nenhum desenvolvimento automático das capacidades da classe operária em consequência do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo»¹⁷⁴. Este pode, igualmente, produzir efeitos nefastos sobre aquelas capacidades, talvez até mais importantes que os favoráveis. «Não há relação necessária entre o desenvolvimento dum interesse na mudança social por parte de agentes racionais (diferencialmente situados na estrutura social) e uma capacidade histórica de conseguir essas mudanças.»¹⁷⁵ Dado que, então, as capacidades de classe não derivam do desenvolvimento das forças produtivas, «é arbitrário, no fim de contas, atribuir a essas forças produtivas o tipo de 'primado' que Cohen alega»¹⁷⁶.

Num pólo oposto ao da obra de Cohen situa-se outra obra recente, aquela em que Anthony Giddens critica o funcionalismo, o reducionismo (às classes sociais e ao económico) e o evolucionismo do materialismo histórico¹⁷⁷. Para além de contestar que o capitalismo, ou outro tipo de sociedade, tenham quaisquer «necessidades» a satisfazer (crítica às explicações funcionalistas) e de distinguir as sociedades divididas em classes das sociedades de classes (aquelas em que as classes são o princípio estrutural

¹⁷² Andrew Levine e Erik Olin Wright, *op. cit.*, pp. 53-54.

¹⁷³ Id., *ibid.*, p. 63.

¹⁷⁴ Id., *ibid.*, p. 59.

¹⁷⁵ Id., *ibid.*, mesma página.

¹⁷⁶ Id., *ibid.*, mesma página.

¹⁷⁷ Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, cit.

fundamental — o capitalismo), Giddens rejeita vigorosamente a noção de «adaptação», a noção de que exista qualquer tipo de motivação individual trans-histórica e a noção de que haja alguma tendência autónoma geral das forças produtivas para se desenvolverem ao longo da história.

Erik Olin Wright posiciona-se, por assim dizer, a meio caminho entre Cohen e Giddens. Já vimos as críticas que faz a Cohen. Quanto a Giddens, e a respeito do que aqui mais directamente nos interessa, Wright realça que é possível construir uma tipologia das formas sociais de tal modo que contenha potencialmente alguma direcionalidade histórica, que seja pouco provável uma regressão a formas anteriores e que haja alguma probabilidade de movimento para os níveis seguintes¹⁷⁸. Uma teoria deste tipo, diz Wright, não implica uma teleologia nem uma metateoria da história. Tudo o que é necessário supor, como aliás faz o próprio Giddens, é que a tipologia seja «viscosa no sentido descendente», isto é, que haja algum impulso, mesmo que esporádico, no sentido do movimento e que, uma vez que tal aconteça, a probabilidade de conservar essa posição seja maior do que a de regredir. Quais são as razões desta suposição? Wright inventaria quatro. Em primeiro lugar, não há, em geral, grupos na sociedade com interesse na redução da produtividade do trabalho. Em segundo lugar, o aspecto-chave do desenvolvimento das forças produtivas não é o dos materiais físicos, mas o do conhecimento, e este, em geral, tende a não se perder («viscosidade no sentido descendente»). Em terceiro lugar, atingido um certo nível de forças produtivas, este tende a engendrar necessidades cuja satisfação delas depende, desenvolvendo-se fortes interesses na respectiva preservação. Em quarto lugar, haverá interesse dos produtores directos em reduzirem o seu esforço sempre que esse for o resultado dos aumentos de produtividade; no entanto, nas sociedades com exploração não há nenhuma relação necessária entre desenvolvimento das forças produtivas e redução do esforço dos trabalhadores; poderá haver um interesse mais sistemático no desenvolvimento das forças produtivas por parte das classes dominantes, embora por vezes não seja assim¹⁷⁹.

Wright não acha que a teoria marxista da história se possa confundir com um simples determinismo tecnológico. Discordando de Giddens, para Wright os conceitos de classes e de luta de classes são os fundamentais para a análise da estrutura social e da mudança social (e isto não apenas no capitalismo). Assim, «as relações de classe têm uma primazia específica pelo facto de as dinâmicas enraizadas nas relações de classe proporcionarem uma direcionalidade genérica para a trajectória da mudança social»¹⁸⁰. Para Wright, a análise das classes é o núcleo da teoria geral do social.

Apesar de apresentar uma abordagem algo diferente, também Adam Przeworski salienta o lugar estratégico dos conceitos de classe e de luta de classes. Salienta este autor que a luta de classes não se restringe às lutas entre classes, sendo, em primeiro lugar, lutas em torno da formação das classes. Segundo Przeworski, o conceito de classe tem uma importância central, na medida em que a manutenção ou a transformação das relações sociais (incluindo as relações de produção) decorrem da luta de classes e na

¹⁷⁸ Erik Olin Wright, «Giddens's Critique of Marxism», in *New Left Review*, n.º 38, 1983.

¹⁷⁹ Id., *ibid.*, pp. 27-28.

¹⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 35.

medida em que estabelece a única mediação possível entre as relações de produção e os sujeitos históricos colectivos nas lutas concretas¹⁸¹.

A exemplo de Cohen e Shaw, também John Roemer considera que um dos aspectos do materialismo histórico é o determinismo tecnológico. Vejamos rapidamente como é que a questão da sucessão de formas sociais é abordada no quadro da teoria geral da exploração.

Nos modelos apresentados atrás não se faz praticamente referência à possibilidade de variação nas motivações e nos incentivos dos indivíduos para a produção; esta possibilidade não estava contida nos modelos. A hipótese de «retirada» por parte dum indivíduo ou duma coligação presumia que não haveria alteração dos incentivos. Suponhamos agora que, em certos casos, os incentivos se alterariam concomitantemente, de tal modo que os que saíssem acabariam por «ficar pior». Então, nesses casos, a exploração é «socialmente necessária»¹⁸².

Reelaborando considerações de Marx como as que este faz acerca do carácter progressivo das primeiras fases do capitalismo ou da conquista da Índia pelos Ingleses, Roemer precisa a questão propondo os conceitos de exploração socialmente necessária (ou desnecessária) em sentido estático e de exploração socialmente necessária (ou desnecessária) em sentido dinâmico. Concretizemos a propósito do capitalismo. «Se, pela retirada com a respectiva quota *per capita* de bens produzidos, uma coligação for capaz de preservar a mesma estrutura de incentivos e melhorar o rendimento dos seus membros, é capitalisticamente explorada na presente distribuição. Se, no entanto, a estrutura de incentivos não puder ser mantida e, em consequência, a coligação ficar imediatamente pior, a exploração capitalista que sofre é *socialmente necessárias no sentido estático*. Suponha-se, no entanto, que a coligação fica inicialmente melhor depois de exercer a sua opção de retirada, mesmo admitindo efeitos de incentivo, mas que ‘em breve’ passa a ficar pior, devido, por exemplo, à falta de incentivos para desenvolver as forças produtivas. Neste caso, a exploração é *socialmente necessária no sentido dinâmico*.»¹⁸³

Assim, para Roemer, a teoria do materialismo histórico «pretende que a história progride pela sucessiva eliminação de formas de exploração socialmente desnecessária no sentido dinâmico»¹⁸⁴. É esta a dimensão determinista tecnológica inscrita naquela teoria.

Roemer pouco diz — porque considera não ser o objecto do seu trabalho — sobre os processos sociais pelos quais se dá esta sucessiva eliminação dos direitos de determinados indivíduos ou coligações aos frutos de várias formas de propriedade. Este é o campo da outra vertente do materialismo histórico, a da luta de classes. Um assunto que Roemer nota que não tratou, no desenvolvimento da sua teoria da exploração, é o da maneira como as pessoas, nas várias sociedades, encaram as formas de desigualdade existentes. Nem se debruçou sobre os processos pelos quais as classes exploradas chegam a ver-se a si próprias como exploradas e a desencadear acções deliberadas contra a situação de exploração em que se encontram. Para Roemer, estas são tarefas da teoria e da sociologia das classes. Na opinião deste autor, a articulação entre o que considera serem as duas facetas do

¹⁸¹ Adam Przeworski, «El proceso de la formación de clases», cit.

¹⁸² John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 265-270.

¹⁸³ Id., *ibid.*, p. 267.

¹⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 271.

materialismo histórico (determinismo tecnológico e luta de classes) deverá procurar-se numa *sociologia da injustiça*¹⁸⁵.

O trabalho de Roemer é fortemente influenciado, se bem que de maneira indirecta, pela teoria da justiça de John Rawls¹⁸⁶. Andrew Levine pensa que a análise feita por Roemer da exploração é, de certo modo, uma «análise rawlsiana»; resulta, em parte, duma leitura inspirada e materialista da obra de Rawls¹⁸⁷.

A *Theory of Justice*, de Rawls, é provavelmente uma das mais importantes obras contemporâneas do pensamento filosófico liberal. A posição de Rawls, que utiliza modelos de análise estratégica para a respectiva formulação, contrapõe-se claramente ao individualismo possessivo do clássico Locke e do contemporâneo Nozick¹⁸⁸ e ao individualismo utilitarista de Bentham e John Stuart Mill¹⁸⁹. D. F. B. Tucker classifica a abordagem de Rawls, tal como a de Dworkin¹⁹⁰, de individualismo radical, aproximando-a do que considera ser o individualismo ético de Marx¹⁹¹. Um dos elementos desse individualismo ético consiste em avaliar os vários tipos de sociedade, na sua sucessão histórica, na óptica da auto-realização dos indivíduos humanos (do desenvolvimento e realização das respectivas potencialidades) que cada um desses tipos de organização das relações sociais possibilita. Roemer argumenta que o desenvolvimento das forças produtivas — e, portanto, tanto a conservação provisória de formas de exploração socialmente necessárias, como a eliminação das formas de exploração socialmente desnecessárias — é condição para uma acrescida auto-realização dinâmica do homem¹⁹².

A teoria da justiça de Rawls assenta no conceito de *justiça como equidade* (ou como imparcialidade). É uma concepção acentuadamente igualitária, que faz apelo central aos conceitos de reciprocidade e de igualdade de respeito e consideração e que se traduz fundamentalmente em dois princípios da justiça, ordenados da seguinte maneira:

«*Primeiro princípio*: Cada pessoa deve ter um igual direito ao mais amplo sistema total de liberdades básicas, compatível com um sistema de similar liberdade para todos.

Segundo princípio: As desigualdades económicas e sociais devem ser estruturadas:

- a) De modo a proporcionar mais benefícios aos menos favorecidos, de acordo com um princípio de poupança justo;
- b) De modo a que os cargos e funções sejam acessíveis a todos, sob condições de justa igualdade de oportunidades.»¹⁹³

¹⁸⁵ John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 288-289.

¹⁸⁶ John Rawls, *A Theory of Justice*, Harvard College, 1971; utilizou-se a tradução em espanhol, *Teoría de la Justicia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

¹⁸⁷ Andrew Levine, «Toward a Marxian Theory of Justice», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982, p. 360.

¹⁸⁸ R. Nozick, *Anarchy, State and Utopia*, Oxford, Blackwell, 1974.

¹⁸⁹ Veja-se a este respeito C. B. Macpherson, *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 (ed. orig., 1962), e C. B. Macpherson, *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978 (ed. orig., 1977).

¹⁹⁰ R. Dworkin, *Taking Rights Seriously*, Londres, Duckworth, 1977.

¹⁹¹ D. F. B. Tucker, *op. cit.*

¹⁹² John Roemer, *A General Theory* [...], pp. 270-276.

¹⁹³ John Rawls, *Teoría de la Justicia*, pp. 340-341.

A concepção geral subjacente à teoria da justiça como equidade é a seguinte, nas palavras de Rawls:

«Todos os bens sociais primários — liberdade, igualdade de oportunidades, rendimentos, riqueza e as bases do respeito mútuo — haverão de ser distribuídos de um modo igual, a menos que uma distribuição desigual de um ou de todos estes bens redunde em benefício dos menos favorecidos.»¹⁹⁴

As injustiças podem então ser equacionadas, simplesmente como as desigualdades que não aproveitam a todos e, em particular, aos menos favorecidos.

Tanto a concepção geral da justiça, como muito especialmente o «princípio da diferença» (a primeira parte do segundo princípio), a respeito das desigualdades económicas e sociais, são construídos inspirando-se nos modelos formais da teoria dos jogos e, em particular, no critério *maximin*. A regra *maximin* recomenda que, em situações de incerteza, se escolha o melhor dos piores resultados possíveis. Como diz expressivamente Rawls, os dois princípios da justiça como equidade são aqueles que, ao projectar uma sociedade, uma pessoa escolheria se pudesse vir a caber ao seu inimigo atribuir-lhe o respectivo lugar nessa sociedade¹⁹⁵. As únicas desigualdades consideradas justas são então as que maximizam (melhoram) a situação dos menos favorecidos.

Como se terá tornado claro, Roemer usa o mesmo tipo de formalização em vários passos da respectiva construção teórica. É um critério *maximin* que organiza, por exemplo, a reflexão sobre a exploração socialmente desnecessária (ou necessária) em sentido estático e em sentido dinâmico. Roemer faz, no entanto, a ressalva de que Rawls consideraria justas as situações de exploração socialmente necessária, uma vez que os menos favorecidos ficariam pior se dela saíssem. Ao contrário, Roemer pensa que tais situações não se podem considerar justas. A exploração é sempre injusta. «Justiça» e «necessidade social» são dois conceitos relacionáveis, mas nem sempre se sobrepõem. É por isso que pode ser eticamente justificado apoiar lutas de classe contra a exploração mesmo em casos em que ela ainda não seja socialmente desnecessária. Uma posição deste tipo é a que toma Marx a propósito da Comuna de Paris de 1871.

Para Jon Elster, num comentário ao trabalho de Roemer, há duas razões interligadas para nos ocuparmos da exploração. Uma é que a exploração é moralmente condenável: é injusta. Outra é que «a exploração é uma variável-chave na análise da mudança social, uma vez que está altamente correlacionada com as classes sociais e que a mudança social é largamente explicada pela luta de classes»¹⁹⁶. Andrew Levine propõe a construção duma teoria marxiana da justiça, que concebe como uma teoria rawlsiana convenientemente reparada¹⁹⁷. O problema da teoria de Rawls é o duma deslocada abstracção ao não levar em conta as relações sociais de exploração nas quais o critério *maximin* é aplicado. Mas não há razão para não incluir o fenómeno da exploração numa teoria da justiça. Por outro lado, a teoria marxista não considera expressamente o que parece ser o

¹⁹⁴ John Rawls, *Teoría de la Justicia*, p. 341.

¹⁹⁵ Id., *ibid.*, p. 181.

¹⁹⁶ Jon Elster, «Roemer versus Roemer: A Comment on 'New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class'», in *Politics and Society*, vol. 11, n.º 3, 1982, p. 371.

¹⁹⁷ Andrew Levine, *op. cit.*, p. 353.

mais importante dos valores susceptíveis de distribuição, a justiça. A dissociação tradicional entre justiça e exploração, praticada quer por marxistas quer por liberais, não tem razão de ser. «Justiça é um conceito crítico.»¹⁹⁸ E a «exploração é uma forma de injustiça — uma forma de injustiça especialmente importante em sociedades de classes — e uma análise da exploração deveria portanto ser uma parte integral duma teoria da justiça»¹⁹⁹. Uma teoria da justiça assim concebida revelar-se-ia um instrumento fundamental para comparar alternativas de sociedade. Não se trataria duma nova teoria da mudança, mas sim dum instrumento de avaliação comparativa de resultados alternativos possíveis da mudança²⁰⁰. Nesta ordem de ideias, segundo Levine, consegue-se reformular o materialismo histórico de modo a articular mais claramente o seu relativismo moral (moral de cada época histórica decorrente das características específicas das relações sociais vigentes) com a possibilidade de enunciar preferências quanto ao tipo de sociedade. Consegue-se também manter a ideia duma sequência de fases históricas, compatibilizando-a com a hoje em dia iniludível consideração, não de uma única alternativa histórica para cada forma de organização social (por exemplo, para o capitalismo), mas duma pluralidade de alternativas, susceptíveis de serem comparadas quanto ao grau em que seriam desejáveis.

Erik Olin Wright subscrive a ideia de várias alternativas possíveis a uma determinada forma de organização social. Nomeadamente, a recente reconceptualização dos vários parâmetros de recursos produtivos susceptíveis de apropriação diferencial, originando diversos tipos de exploração e configurando multidimensionalmente as classes sociais, evidencia que, «no capitalismo, o lugar contraditório central das relações de exploração é constituído pelos gestores e pelos burocratas estatais», que «encarnam um princípio de organização de classe que é significativamente distinto do capitalismo e que coloca potencialmente uma alternativa às relações capitalistas»²⁰¹. Wright salienta que está ultrapassado o axioma clássico do marxismo de que seja o proletariado o único ou principal portador de alternativa ao poder da classe capitalista e assinala, na sequência, por exemplo, de Alvin Gouldner²⁰² ou de Alain Touraine²⁰³, que normalmente os «beneficiários» das grandes transformações sociais não foram as classes oprimidas dos modos de produção anteriores, mas sim «terceiras classes»²⁰⁴.

Toda a discussão anterior sugere que poderá ser interessante, do ponto de vista sociológico, procurar articular a análise das classes sociais com a das representações de justiça (ou injustiça) social que os actores têm em cada contexto social, temporal e espacialmente especificado. Que relações de poder e que distribuições desiguais de recursos consideram os actores sociais justas e injustas? Ou, mais precisamente, que critérios de justiça fazem parte dos seus sistemas de classificações, tal como se manifestam

¹⁹⁸ Andrew Levine, *op. cit.*, p. 359.

¹⁹⁹ Id., *ibid.*, mesma página.

²⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 360.

²⁰¹ Erik Olin Wright, *Classes*, cit., p. 89.

²⁰² Alvin W. Gouldner, *El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva clase*, Madrid, Alianza Editorial, 1980 (ed. orig., 1979).

²⁰³ Alain Touraine, *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973.

²⁰⁴ Erik Olin Wright, *Classes*, cit., pp. 89-90.

quer ao nível da consciência discursiva, quer aos níveis da consciência prática e das condutas inconscientemente comandadas? E que influências recursivas estão implicadas nas relações dessas representações de justiça com as dimensões de estruturação das classes e de hierarquização dos *status*, com os fenómenos de exploração, de dominação e de legitimação, com as normas de avaliação recíproca e com os sistemas de distribuição diferencial de oportunidades e recompensas, com o jogo das interferências entre culturas e interesses, com as bases da formação de identidades colectivas e de forças sociais? Na conclusão deste conjunto de reflexões encontramos assim, afinal, no limiar da abertura de um vasto programa de aprofundamento teórico e de investigação empírica, que inclui a necessidade de repensar as definições clássicas e o relacionamento recíproco das problemáticas sociológicas das classes sociais e da estratificação.